



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 017, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2025.

Altera a Lei Complementar nº 68, de 02 de fevereiro de 2012, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Chopinzinho (PR).

Art. 1º A Lei Complementar nº 68, de 02 de fevereiro de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 17. O servidor municipal, quando nomeado para cargo em comissão, ficará afastado de seu cargo efetivo e fará jus à remuneração prevista em lei para o condicionamento, podendo optar por receber seus vencimentos acrescidos de 30% (trinta por cento) do valor da remuneração prevista para o cargo em comissão.”

...

“Art. 19. As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.”

...

“Art. 23...

(...)

§8º...

IV - luto por falecimento de cônjuge, convivente, pais, irmãos, filhos, enteados, menor adotado, sob sua tutela ou guarda judicial por 5 (cinco) dias consecutivos, contados a partir da data do óbito e, nos casos de falecimento de tios, sobrinhos e avós, por 02 (dois) dias, contados a partir da data do óbito;

...

XIX - participação autorizada em competições esportivas ou delegações culturais em que representem o Município, Estado ou União, conforme os prazos e condições definidos pela Administração municipal, observada a oportunidade, conveniência e o interesse público;”

...

“Art. 27...

(...)



§ 3º As disposições deste Capítulo aplicam-se aos servidores em geral, salvo se houver regulamentação específica da respectiva carreira ou cargo, situação que será aplicada a referida norma específica.”

...

“Art. 33...

(...)

§12. Para os fins deste Capítulo ou decisão quanto aos eventuais recursos administrativos relativos ao procedimento de progressão de que trata o Capítulo VI, fica instituída a Comissão Coordenadora, composta por 3 (três) membros efetivos e estáveis, que não tenham integrado a CAD, sendo o Chefe da Divisão de Recursos Humanos e Segurança do Trabalho, que a presidirá, e dois servidores indicados pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças, incumbida de:”

...

“Art. 37. O servidor em estágio probatório poderá exercer quaisquer cargos de provimento em comissão.

§ 1º O servidor em estágio probatório poderá ser designado para exercer função gratificada.

§2º O servidor em estágio probatório poderá ser cedido a outro órgão da Administração Pública Direta ou Indireta.

§3º

VII - para exercer mandato classista.

.....

§6º Durante a cessão disposta no §2º o período de estágio probatório ficará suspenso, reiniciando a partir do retorno ao exercício do cargo”.

...

“Art. 38...

(...)

§ 6º As disposições deste Capítulo aplicam-se aos servidores em geral, salvo se houver regulamentação específica da respectiva carreira ou cargo, situação que será aplicada a referida norma específica.”

...

“Art.38-G...

(...)



§ 3º Os ocupantes do cargo efetivo de Procurador Municipal serão avaliados pelo Procurador Geral do Município e, caso o cargo de direção não esteja preenchido, a avaliação se dará entre os membros efetivos e estáveis da carreira de Procurador Municipal, sendo o avaliador àquele com maior tempo de serviço no cargo de Procurador Municipal do Município de Chopinzinho.”

...

“Art. 67-A. A Administração Municipal poderá, excepcionalmente e por tempo determinado, estender a carga horária do servidor, com o consentimento do mesmo, em atenção ao interesse público.

§1º Deverá o ato administrativo de ampliação temporária da carga horária ser registrado em procedimento específico, com portaria veiculada em diário oficial, contendo prazo de validade da ampliação.

§2º O acréscimo de horas laboradas deve observar as condições, exigências e limitações impostas pelo art. 169 da Constituição Federal e arts. 17, 19, 20, 22 e 23 da Lei Complementar n. 101/00, sob pena de nulidade dos atos, conforme preceitua o art. 21 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

§3º A carga horária do servidor considerando a ampliação da jornada fica limitada à 40 (quarenta) horas semanais.

§4º A ampliação não se constitui em reflexos de quaisquer vantagens, gratificações, adicionais, licenças ou horas extras e por ser de cunho eventual e transitório, extingue-se automaticamente pelo decurso de seu prazo de exercício, não se incorpora aos vencimentos, não gera estabilidade, nem contribuição previdenciária ou direto de conversão em cargo efetivo.

§5º A ampliação poderá ser prorrogada, por interesse da Administração, mediante concordância do servidor.

§6º A base de cálculo da ampliação será o nível em que o servidor se encontra na tabela de vencimento, desprezada quaisquer outras vantagens, gratificações, adicionais, dentre outras verbas.

§7º O servidor que tenha sua carga horária ampliada não poderá acumular esta com função gratificada ou cargo em comissão, salvo exceções previstas em legislação específica.

§8º A ampliação poderá ser revogada:

I - a pedido do servidor;

II - devido ao retorno do servidor titular da vaga;

III - desaprovação em quaisquer avaliações de desempenho que esteja submetido;

IV - no interesse da Administração, observada a oportunidade e conveniência.



§9º A ampliação computará no cálculo de médias para fins de remuneração de férias e gratificação natalina.”

.....
“Art. 68...

(...)

§ 6º A autorização de regime de teletrabalho no âmbito da Procuradoria Legislativa do Poder Legislativo do Município de Chopinzinho, depende de prévia edição e vigência de Resolução da Mesa Diretora, avaliada a oportunidade e conveniência, podendo esta ser revogada a qualquer tempo fundado o interesse da administração.”

.....
“Art. 70...

Parágrafo único. No âmbito do Poder Legislativo Municipal, a Câmara Municipal poderá dispor, mediante Resolução da Mesa Diretora, sobre as regras específicas aplicáveis ao intervalo intrajornada de seus servidores, observados os princípios da legalidade, moralidade e eficiência.”

...

“Art. 72...

§1º A compensação de faltas e banco de horas a que se refere o caput deste artigo será em dobro, em se tratando de serviço extraordinário executado aos domingos e feriados.

§2º A compensação de faltas e banco de horas para os casos de recesso e ponto facultativo serão consideradas como hora “normal” trabalhada.”

...

“Art. 72–A. Para os fins do artigo anterior, as compensações de faltas e banco de horas deverão ser fechadas a cada 12 (doze) meses, vedando-se que ao final do período o servidor possua saldo negativo de horas trabalhadas, sob pena de desconto do saldo negativo e demais providências cabíveis, sem prejuízo das demais disposições previstas em regulamentação específica.

Parágrafo único. O controle e fechamento das compensações de faltas e banco de horas é de responsabilidade da chefia imediata do servidor, que será responsável, ainda, pelas respectivas informações à Divisão de Recursos Humanos e Segurança do Trabalho.”

...

“Art. 72–B. No âmbito do Poder Legislativo Municipal, a Câmara Municipal poderá dispor, mediante Resolução da Mesa Diretora, sobre as regras específicas aplicáveis ao banco de horas e à compensação de faltas de seus servidores,



observados os princípios da legalidade, moralidade e eficiência, bem como os limites fixados no artigo anterior.

Parágrafo único. As normas internas estabelecidas pela Câmara Municipal prevalecerão no que tange à organização administrativa e funcionamento interno do Legislativo, sem prejuízo da observância das diretrizes gerais previstas nesta Lei e na legislação correlata.”

...

“Art. 74...

(...)

III - por 5 (cinco) dias consecutivos, em razão do falecimento de cônjuge, convivente, pais, irmãos, filhos, enteados, menor adotado, sob sua tutela ou guarda judicial, contados a partir da data do óbito e, nos casos de falecimento de tios, sobrinhos e avós, por 02 (dois) dias, contado a partir da data do óbito;

.....

VI - para participação autorizada em competições esportivas ou delegações culturais em que representem o Município, Estado ou União, conforme os prazos e condições definidos pela Administração municipal, observada a oportunidade, conveniência e o interesse público;”

...

“Art. 80. O vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens de caráter permanente, é irredutível.”

...

“Art. 90.

§ 1º Após cada período de 12 (doze) meses de vigência do vínculo de trabalho, o servidor terá direito a férias, na seguinte proporção:

I - 30 (trinta) dias corridos, quando não houver faltado ao serviço mais de 5 (cinco) vezes;

II - 24 (vinte e quatro) dias corridos, quando houver tido de 6 (seis) a 14 (quatorze) faltas;

III - 18 (dezoito) dias corridos, quando houver tido de 15 (quinze) a 23 (vinte e três) faltas;

IV - 12 (doze) dias corridos, quando houver tido de 24 (vinte e quatro) a 32 (trinta e duas) faltas.

§ 2º É vedado descontar, do período de férias, as faltas justificadas do servidor ao serviço.



§ 3º O período das férias será computado, para todos os efeitos, como tempo de serviço.

§ 4º A Administração Pública poderá solicitar a interrupção das férias do servidor, a qualquer momento, desde que haja concordância expressa do servidor, com notificação prévia de no mínimo 48 horas, salvo em casos de emergência, sendo que a interrupção das férias deverá ser compensada em período subsequente, conforme acordado entre as partes, sem prejuízo de direitos do servidor, e respeitando a legislação vigente.

§ 5º O servidor público terá direito a indenização das férias proporcionais ao período trabalhado, calculadas de acordo com o tempo de serviço prestado, inclusive nos casos de cessação do vínculo empregatício antes de completar o período aquisitivo de férias, sendo o valor correspondente pago de forma proporcional, conforme as disposições da legislação vigente.

§ 6º Em atenção aos princípios da legalidade e da responsabilidade fiscal, fica vedado quaisquer efeitos retroativos que impliquem despesas ou pagamentos regressivos, bem como a interpretação e aplicação retroativa do parágrafo anterior.

§ 7º Na hipótese de nomeação de servidor efetivo para outro cargo de provimento efetivo, é vedada a contagem de tempo do período aquisitivo com base no cargo anteriormente ocupado, sendo reiniciado a partir da data de exercício no novo cargo.

§ 8º Na hipótese de nomeação de servidor efetivo para cargo de provimento em comissão ou função gratificada, a contagem do período aquisitivo não interrompe, desde que ocorra a imediata nomeação e manutenção do vínculo com o Município.

§ 9º Na hipótese de nomeação de servidor que ocupe cargo de provimento em comissão ou ainda de agente político para cargo de provimento efetivo, cargo de provimento em comissão ou cargo político, é vedada a contagem de tempo do período aquisitivo com base no cargo anteriormente ocupado, sendo reiniciado a partir da data de exercício no novo cargo.

§ 10º Havendo previsão na Lei Orgânica do Município e lei vigente, ambas de iniciativa do Poder Legislativo do Município de Chopinzinho, e observada as demais disposições constitucionais, na hipótese de nomeação de servidor efetivo para cargo político, a contagem do período aquisitivo não interrompe, desde que ocorra a imediata nomeação e manutenção do vínculo com o município.

§11. Poderá ser concedido ou convertido em pecúnia ao servidor público período proporcional de férias, desde que completado no mínimo 4/12 (quatro doze avos) do período aquisitivo, equivalente a, no mínimo, 10 (dez) dias de férias, sendo que a concessão proporcional deverá respeitar o interesse público, a conveniência administrativa e os critérios estabelecidos pelo setor de gestão de pessoas, sendo assegurados todos os direitos e vantagens correlatos ao período concedido.”



...

“Art. 91 As férias serão concedidas de acordo com a escala organizada pela chefia imediata, nos 12 (doze) meses subsequentes à data em que o servidor adquiriu o direito, com exceção do § 11 do artigo 90, não permitida a acumulação de férias.

§ 1º As férias poderão ser parceladas em até 03 (três) períodos, desde que assim requeridas pelo servidor, e no interesse da administração pública, não podendo nenhum dos períodos ser inferior a 10 (dez) dias.”

.....

“Art. 91-A.....

.....

§ 7º Não sendo pago no vencimento o documento de arrecadação municipal de que trata o parágrafo anterior, compete a Secretaria Municipal de Administração e Finanças a inscrição em dívida ativa e demais procedimentos de cobrança cabíveis.”

.....

“Art. 91-B Os servidores lotados nas Escolas Municipais e Centros Municipais de Ensino Infantil da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte poderão seguir o calendário escolar, sem prejuízo de usufruir dos períodos de recesso e ponto facultativo nele estabelecidos.

Parágrafo único. A concessão prevista no caput ficará a critério do gestor da pasta.”

.....

“Art. 92

§ 3º Será computada na média do período aquisitivo para fins de pagamento às funções gratificadas, gratificação pelo exercício de encargos especiais e o percentual estipulado conforme o art.17 desta Lei.”

...

“Art. 116...

§ 1º O servidor fará jus ao adicional, independentemente de requerimento, a partir do mês seguinte à publicação do ato declaratório de estabilização do cargo.”

...

“Subseção X

Do Sobreaviso



“Art. 117-B. O servidor poderá ser designado para cumprir escala de sobreaviso, conforme a necessidade do serviço e o interesse da Administração, de acordo com a escala definida pelo(a) gestor(a) da respectiva pasta.

§ 1º Considera-se em sobreaviso o servidor público efetivo que permanecer em regime de plantão ou equivalente, aguardando a qualquer momento o chamado para o serviço durante o período de descanso.

§ 2º O servidor que estiver designado na escala do sobreaviso deverá estar disponível para o desempenho de suas funções, sendo remunerado pelo tempo em que estiver à disposição, nos termos desta Subseção.

§ 3º A designação de servidor público efetivo em escala de sobreaviso é irrecusável.

§ 4º É vedado o pagamento de sobreaviso aos servidores ocupantes de cargo em comissão ou função gratificada, tendo em vista o regime de dedicação integral inerente ao cargo e função.

Art. 117-C. O servidor que estiver em escala de sobreaviso será remunerado com 1/5 (um quinto) da hora “normal” trabalhada, sendo calculada com base no vencimento do nível que o servidor se encontra na tabela de vencimento, não sendo computado quaisquer outros acréscimos, adicionais e vantagens na base de cálculo.

§ 1º A jornada laboral realizada pelo servidor em regime de sobreaviso não está limitada a carga horária de seu cargo, não tipificando serviço extraordinário e noturno as horas excedentes ao limite da jornada diária, quando realizadas em sobreaviso.

§ 2º Uma vez convocado para efetivo exercício em regime de sobreaviso serão computadas horas extras, calculadas sobre o vencimento base do nível que o servidor se encontra na tabela de vencimento, não sendo computado quaisquer outros acréscimos, adicionais e vantagens na base de cálculo.

§ 3º Cada período de sobreaviso não poderá exceder de 24 (vinte e quatro horas) a cada 72 (setenta e duas) horas, incluindo nele o horário normal de trabalho.

§ 4º O valor do sobreaviso não constituirá base de cálculo para pagamento de quaisquer adicionais, gratificações e vantagens remuneratórias

§ 5º O servidor que estiver escalado deverá atender prontamente ao chamado do órgão e, durante o período de espera, não deverá praticar atividades que o impeçam de comparecer ao serviço.

§ 6º Os servidores em regime de sobreaviso serão comunicados através de seus superiores hierárquicos, mediante escala de sobreaviso definida pela gestão da Secretaria Municipal.



§ 7º Caso o servidor escalado para o regime de sobreaviso não atenda à convocação de prestação de serviço, não fará jus ao pagamento correspondente aquela escala.

§ 8º A vantagem instituída neste artigo não será computada para fins de serviço extraordinário, avanços, licença prêmio e quaisquer outros adicionais e gratificações ou vantagens, sendo computado apenas no cálculo de médias para fins de remuneração de férias e gratificação natalina.

§ 9º É vedada a acumulação e pagamento da remuneração de sobreaviso de que trata o caput deste artigo com o adicional de serviço extraordinário, quando da convocação para efetivo exercício em regime de sobreaviso.”

“Art. 118...

(...)

§ 2º Findo o período de licença, o servidor deverá retornar ao exercício do seu cargo no primeiro dia útil subsequente, sob pena de falta ao serviço neste e nos demais dias em que não comparecer, salvo justificativa prevista nesta lei.

(...)

§ 5º No âmbito do Poder Legislativo Municipal, a Câmara Municipal poderá dispor, mediante Resolução da Mesa Diretora, sobre as regras específicas aplicáveis às licenças de seus servidores, observados os princípios da legalidade, moralidade e eficiência.”

...

Art. 134. Poderá ser concedida licença ao servidor por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, dos pais, dos filhos, do padrasto ou madrasta e enteado, ou dependente que viva a suas expensas e conste do seu assentamento funcional, mediante comprovação por perícia médica oficial.

§ 1º A licença somente será deferida se a assistência direta do servidor for indispensável e não puder ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo ou mediante compensação de horário.

§ 2º A licença de que trata o caput, incluídas as prorrogações, poderá ser concedida a cada período de doze meses nas seguintes condições:

I - por até 60 (sessenta) dias, consecutivos ou não, mantida a remuneração do servidor; e

II - por até 90 (noventa) dias, consecutivos ou não, sem remuneração, na hipótese do servidor ter alcançado a fruição do limite de 60 (sessenta) dias disposto no inciso I do § 2º.



§ 3º O início do interstício de 12 (doze) meses será contado a partir da data do deferimento da primeira licença concedida.

§ 4º A soma das licenças remuneradas e das licenças não remuneradas, incluídas as respectivas prorrogações, concedidas em um mesmo período de 12 (doze) meses, observado o disposto no § 3º, não poderá ultrapassar os limites estabelecidos nos incisos I e II do § 2º.

§ 5º O servidor poderá apresentar somente 01 (um) atestado de acompanhamento por mês, ressalvada a hipótese de prorrogação do afastamento validada pela perícia médica oficial.

§ 6º Se o atestado de acompanhamento for de apenas 01 (um) dia não haverá necessidade de encaminhamento ao médico perito para análise.”

...

“Art. 138. É assegurado para, no máximo, três servidores eleitos, a licença com remuneração para o desempenho de mandato no sindicato representativo da categoria de servidores.”

...

“Art. 140...

Parágrafo único.....

.....

II - na hipótese de nomeação de servidor efetivo para cargo de provimento em comissão ou função gratificada, a contagem do período aquisitivo não interrompe, desde que ocorra a imediata nomeação e manutenção do vínculo com o município;

.....

IV - na hipótese de o servidor ocupante de dois cargos efetivos de professor afastar-se de um deles para o exercício de função de Diretor de Escola ou de Pedagogo, a contagem do período aquisitivo de licença prêmio por assiduidade referente ao cargo do qual se afastou será interrompida, sendo retomada do ponto em que foi suspensa, desde que haja imediata nomeação para a função e seja mantido o vínculo com o Município;

V - havendo previsão na Lei Orgânica do Município e lei vigente, ambas de iniciativa do Poder Legislativo do Município de Chopinzinho, e observada as demais disposições constitucionais, na hipótese de nomeação de servidor efetivo para cargo político, a contagem do período aquisitivo não interrompe, desde que ocorra a imediata nomeação e manutenção do vínculo com o município.”

...

“Art. 142...



Parágrafo único.

VI – se afastar durante o período de aquisição da licença por meio de licença para tratamento da própria saúde pelo período superior à 90 (noventa) dias, ininterruptos ou não, exceto nos casos de licença por acidente de trabalho ou doença ocupacional;”

“Art. 143...

§1º É permitido o fracionamento da licença prêmio em parcelas, sendo que nenhum período poderá ser inferior a 10 (dez) dias consecutivos, e, ainda, quanto aos fracionamentos inferiores a 30 (trinta) dias, deverão ter concordância expressa do servidor.

§2º A licença prêmio poderá ser suspensa por motivos calamidade pública, por requisição da administração devidamente justificado no interesse público, devendo ser complementada a fruição tão logo cesse a causa da suspensão.

(...)

§6º A conversão em pecúnia de que trata os § 4º e § 5º deste artigo, depende de requerimento prévio e escrito do servidor para usufruir a licença em gozo ou transformá-la total ou parcialmente em pecúnia, nos termos do art. 141 desta Lei, devendo o requerimento ser realizado dentro do período de 60 (sessenta) meses subsequentes à data em que o servidor adquiriu o direito, ou nos 60 (sessenta) meses subsequentes a partir da data da vigência que trata o parágrafo anterior.

§7º Decorridos os prazos de que trata o parágrafo anterior sem que haja requerimento prévio e escrito do servidor, fica vedada a transformação automática em pecúnia, sem prejuízo da possibilidade de agendamento da licença de ofício pela Administração municipal e da aplicação do art. 141 desta Lei.”

...

“Art. 154-I. O salário-família será devido ao segurado do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Chopinzinho, na forma e condições estabelecidas pela legislação do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), especialmente no que se refere ao limite de renda, valor das cotas e demais requisitos, observado o disposto na legislação federal vigente.

Parágrafo único. Também terão direito ao salário-família os aposentados por invalidez, por idade, bem como os demais aposentados que preencham os requisitos estabelecidos pela legislação do RGPS, sendo o benefício pago juntamente com a aposentadoria.”

...

“Art. 154-J. O valor da cota do salário-família por filho ou equiparado, bem como os limites de remuneração mensal para sua concessão, observarão os critérios, valores e atualizações previstos na legislação vigente do Regime Geral de



Previdência Social (RGPS), sendo aplicáveis automaticamente ao âmbito do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Chopinzinho.

I – Revogado

II – Revogado

Parágrafo único. Os valores e critérios definidos pelo RGPS serão adotados integralmente, inclusive no tocante aos índices de correção aplicáveis, dispensada a necessidade de edição normativa municipal específica para cada alteração.”

...

“Art. 155...

(...)

§ 3º No caso de afastamento por férias ou por qualquer outro motivo, por período igual ou superior a 30 (trinta) dias, o servidor público deverá, previamente e dentro dos trâmites administrativos pertinentes, transferir formalmente suas atribuições ao servidor designado como substituto.

§4º A transferência que trata o §3º deverá incluir o fornecimento dos acessos e orientações indispensáveis à continuidade dos serviços, bem como a preservação e integridade dos arquivos e documentos sob sua responsabilidade, sendo vedada a exclusão ou alteração indevida de qualquer informação, tendo como objetivo garantir a manutenção do funcionamento regular das atividades públicas, sem prejuízo à administração ou à prestação do serviço.

§5º É vedado ao servidor ocupante de cargo político, em comissão ou função gratificada que retorna ao seu cargo original ou passa a exercer novo cargo político, em comissão ou função gratificada, se negar em passar informações de interesse da Administração municipal, arquivos e documentos ou atividades relacionadas ao bom andamento do serviço público, sob pena de responsabilização.”

...

“Art. 156...

XIV - exercer atividade ou participar de gerência ou administração de empresa comercial, industrial ou prestadora de serviços, com objetivos econômicos, se esta manter negócios com o Município;

...

“Art. 159-A...

§3º É facultado ao(a) vereador(a) formalizar pedido para retorno do andamento do processo de sindicância ou disciplinar, através de requerimento formal junto à comissão processante.”

...



“Art. 160. São penalidades disciplinares:

...

V - destituição de cargo em comissão;”

...

“Art. 169. A demissão do cargo efetivo ou a destituição de cargo em comissão por infringência ao art. 165, incisos I, IV, VIII, IX, X, XI e XIII, incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo público do Município, pelo prazo de 08 (oito) anos, contados da data de publicação da portaria de julgamento.”

“Art. 172...

(...)

II - pela autoridade que houver feito a nomeação, quando se tratar de destituição de cargo em comissão;”

...

“Art. 173...

(...)

I - 5 (cinco) anos, quanto às infrações puníveis com demissão, destituição de cargo em comissão, cassação de disponibilidade e de aposentadoria;”

...

“Art. 174...

(...)

§ 14 Os autos do processo, as reuniões da comissão e os atos processuais terão acesso restrito às pessoas envolvidas na apuração, ficando os autos sob a responsabilidade da comissão processante, que registrará todas as juntadas de documentos.

(...)

§17 O Presidente do Poder Legislativo Municipal poderá, mediante justificativa formal e nos termos da legislação vigente, requisitar ao Poder Executivo a atuação da Comissão de Sindicância ou da Comissão Disciplinar, nos casos em que houver denúncia ou representação sobre irregularidades funcionais envolvendo servidores vinculados à Câmara Municipal, desde que haja impedimento ou inviabilidade técnica de instituição de comissão própria do Poder Legislativo, ou que a medida seja necessária para assegurar a celeridade, a isenção e a efetividade da apuração dos fatos, evitando prejuízos ao interesse público.”

...

“Art. 176...



(...)

§5º Nos casos de impossibilidade de manifestação imparcial dos membros efetivos da Procuradoria Geral do Município, por impedimento ou suspeição, a manifestação jurídica poderá ser emitida pelo Procurador Geral do Município, ainda que não ocupante de cargo efetivo de procurador municipal.”

...

“Art. 180...

(...)

III - instauração de processo administrativo disciplinar, nos casos em que a infração importar na aplicação de pena de suspensão superior a 10 (dez) dias, demissão, destituição de cargo em comissão, cassação de disponibilidade ou de aposentadoria;

(...)

§ 1º A Comissão de Sindicância será constituída de forma permanente, podendo ser renovada anualmente, composta por 3 (três) servidores efetivos e estáveis designados pelo Prefeito Municipal ou Presidente da Câmara Municipal, conforme o caso, sendo um deles encarregado de presidir os trabalhos.

(...)

§ 3º O presidente da Comissão de Sindicância poderá, se não houver impedimento legal, delegar poderes ao seu suplente, quando for conveniente, em razão de circunstâncias que possam promover o regular processamento dos autos, a eficiência e celeridade nos trabalhos.

(...)

§8º Fica vedada a nomeação de servidor lotado na Divisão de Recursos Humanos e Segurança do Trabalho, vinculada à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, para compor a Comissão de Sindicância.”

.....

“Art. 185...

(...)

IV - destituição de cargo em comissão.

§ 1º A Comissão Disciplinar será constituída de forma permanente, podendo ser renovada anualmente, composta por 3 (três) servidores efetivos e estáveis designados pelo Prefeito Municipal ou Presidente da Câmara Municipal, conforme o caso, sendo um deles encarregado de presidir os trabalhos.

(...)



§ 3º O presidente da Comissão Disciplinar poderá, se não houver impedimento legal, delegar poderes ao seu suplente, quando for conveniente, em razão de circunstâncias que possam promover o regular processamento dos autos, a eficiência e celeridade nos trabalhos.

(...)

§8º Fica vedada a nomeação de servidor lotado na Divisão de Recursos Humanos e Segurança do Trabalho, vinculada à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, para compor a Comissão Disciplinar.

“Art. 187...

(...)

§ 4º A fase de inquérito administrativo observará o seguinte procedimento:

I - diligências preliminares da comissão processante: são solicitações de informações, documentos, oitivas, interrogatório do servidor acusado e/ou quaisquer outros meios de prova admitidos em Direito, que, no interesse de instruir os autos de apuração disciplinar, sejam solicitadas pela comissão processante, com a finalidade de apurar fatos para verificação da materialidade, bem como da ocorrência ou não de determinada irregularidade funcional e de sua autoria, com observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa;

(...)

V - alegações finais no prazo de 10 (dez) dias corridos;

VI - relatório conclusivo.”

...

“Art. 192. A produção de prova testemunhal realizar-se-á em audiência de caráter reservado, da qual participarão os membros da comissão, o acusado e seu procurador, quando constituído, e a testemunha.

I – Revogado;

II – Revogado;

§ 1º

IV - as perguntas à testemunha serão formuladas na seguinte ordem:

(...)

c) as dos acusados ou seus procuradores.”

...

“Art. 193...

V - as perguntas ao acusado serão formuladas na seguinte ordem:



(...)

d) as dos seus procuradores.”

...

“Art. 204.

.....

§1º O julgamento fora do prazo legal não implica nulidade do processo, ressalvados os efeitos da prescrição.

§2º Após a publicação da portaria de julgamento, o interessado deverá ser intimado por meio do sistema de protocolo eletrônico que tramita o processo.

§3º A data de postagem da intimação no sistema de processo eletrônico servirá como termo inicial para a contagem do prazo legal de 5 (cinco) dias úteis para a interposição de pedido de reconsideração à autoridade julgadora.

§4º Inexistindo apresentação de reconsideração no prazo legal, deverá ser lavrada a Certidão Negativa de Interposição de Reconsideração e, após observadas as medidas administrativas determinadas pela autoridade que solucionou procedimento administrativo, deverá ser lavrado o respectivo Termo de Encerramento do Processo.”

...

“Art. 204-A. A autoridade que proferiu a decisão, ao receber o pedido de reconsideração, avaliará os fundamentos e eventual pedido de efeito suspensivo, se houver.

§1º A autoridade julgadora poderá solicitar parecer e/ou diligências da Procuradoria Geral do Município quanto às razões do pedido de reconsideração, estando impedido de atuar e emitir o parecer o procurador municipal que atuou como membro da comissão.

§2º Finalizada eventual instrução processual prévia pela Procuradoria Geral do Município, os autos serão encaminhados para a decisão.”

...

“Art. 231-A. O Município instituirá, através de lei específica, conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes, nos termos do art. 39, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

§ 1º Revogado;

I - Revogado;

II - Revogado;



III - Revogado;

§ 2º Revogado;

§ 3º Revogado;

I - Revogado;

II - Revogado;

III - Revogado;

IV - Revogado;

V - Revogado;

§ 4º Revogado;

§ 5º Revogado;

§ 6º Revogado;

§ 7º Revogado;

§ 8º Revogado;

§ 9º Revogado;

§ 10 Revogado;

§ 11 Revogado;"

Art. 2º Ficam revogados os seguintes dispositivos da Lei Complementar nº 68, de 27 de dezembro de 2012:

I – o inciso “V” do parágrafo único do art. 67;

II – os incisos I e II do art. 154 J;

III – o parágrafo único do art. 168;

IV – o parágrafo único do art. 169;

V – os incisos I e II do artigo 192;

VI – os parágrafos § 1º ao § 11º e respectivos incisos do art. 231-A.



Art. 3º Os demais dispositivos da Lei Complementar nº 68, de 02 de fevereiro de 2012 permanecem inalterados.

Art. 4º Esta Lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CHOPINZINHO, 19 DE NOVEMBRO DE 2025.

Álvaro Dênis Ceni Scolaro
Prefeito Municipal

MENSAGEM AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 017/2025

Senhora Presidente,

Senhores(as) Vereadores(as),

Encaminho para apreciação desta Casa Legislativa o Projeto de Lei Complementar 017/2025, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 68, de 02 de fevereiro de 2012, a qual institui o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Chopinzinho.

Inicialmente, cumpre registrar que os estudos destinados à atualização estatutária tiveram início ainda no mês de março de 2025, a partir de um trabalho técnico conduzido pela Administração Municipal. As propostas aqui apresentadas foram debatidas, analisadas e aprovadas pelo Conselho Técnico do Estatuto, conforme registrado nas atas que seguem em anexo, assegurando ampla discussão administrativa, técnica e jurídica.

A presente atualização legal busca modernizar o Estatuto, uniformizar procedimentos, aprimorar a segurança jurídica e adequar normas internas à legislação federal, às práticas de gestão de pessoas e às necessidades atuais da Administração Pública, sempre observando os princípios da legalidade, eficiência, transparência e responsabilidade fiscal.

A seguir, passa-se à apresentação sintética das principais modificações e inclusões, com base nos dispositivos hoje vigentes.

1. Ajustes referentes a cargos em comissão, funções de confiança e estágio probatório

- **Art. 17** – Atualiza a forma de remuneração do servidor nomeado para cargo em comissão, autorizando opção entre remuneração do cargo comissionado ou vencimento do cargo efetivo acrescido de 30%.
- **Art. 19** – Reitera que cargos em comissão e funções de confiança são destinados exclusivamente às atribuições de direção, chefia e assessoramento, harmonizando a redação com os requisitos constitucionais.
- **Art. 37** – Autoriza que servidores em estágio probatório possam exercer funções gratificadas, cargos em comissão e até mesmo serem cedidos, prevendo suspensão do estágio durante a cessão, adequando-se às necessidades administrativas.

2. Ausências justificadas, licenças e concessões

- **Art. 23 e Art. 74** – Ampliam e organizam hipóteses de afastamentos, destacando:

- 5 dias para falecimento de cônjuge, pais, irmãos e afins;
- 2 dias para falecimento de tios, sobrinhos e avós;
- Inclusão de afastamento para participação em competições esportivas ou eventos culturais representando o Município.
- **Art. 90 e Art. 91** – Atualizam regras de férias, inserindo critérios claros de proporcionalidade, vedação de retroatividade, possibilidade de interrupção mediante concordância, indenização proporcional e parcelamento.
- **Art. 134** – Reorganiza a licença para acompanhamento de familiar doente, estabelecendo limites temporais, perícia e regras para apresentação de atestados.
- **Arts. 140 a 143** – Atualizam a concessão e fruição da licença prêmio, disciplinando interrupção, critérios de contagem do período aquisitivo, fracionamento e conversão em pecúnia.
- **Art. 118** – Inclui regra sobre retorno ao exercício após licença.

3. Regime de teletrabalho e jornada

- **Art. 67-A** – Cria a possibilidade de ampliação temporária da carga horária, limitada a 40 horas semanais, sem incorporação ou reflexos financeiros permanentes.
- **Art. 68** – Esclarece que o regime de teletrabalho no âmbito da Procuradoria Legislativa dependerá de Resolução da Mesa Diretora.
- **Art. 70** – Permite ao Legislativo disciplinar intervalos intrajornada por Resolução.
- **Arts. 72, 72-A, 72-B** – Regulamentam banco de horas e compensações, estabelecendo fechamento anual, vedação de saldo negativo e autonomia normativa da Câmara Municipal.

4. Regramento específico para servidores da Educação

- **Art. 91-B** – Autoriza que servidores lotados em escolas e CMEIs sigam o calendário escolar, inclusive recessos, conforme decisão da chefia da pasta.

5. Avaliação, progressão e comissões internas

- **Art. 33** – Institui a Comissão Coordenadora responsável por decisões e recursos sobre progressões.
- **Art. 38-G** – Define critérios de avaliação para Procuradores Municipais.

6. Regime de sobreaviso

- **Art. 109-B, Art. 117-B e 117-C** – Regulamentam integralmente o regime de sobreaviso, fixando remuneração, condições, limites de escalas e vedações, garantindo segurança jurídica e padronização administrativa.

7. Afastamentos, penalidades e procedimentos disciplinares

- Atualizações promovidas nos **Arts. 116, 118, 138, 142, 156**, entre outros, trazendo maior clareza a deveres, vedações e impedimentos.
- Revisão completa dos **procedimentos disciplinares**, com adequação dos ritos de sindicância e PAD (Arts. 159-A, 160, 169, 173, 174, 176, 180, 185, 187, 192, 193 e 204–204-A).
- As mudanças reforçam a imparcialidade, ampliam mecanismos de contraditório e defesa, ajustam prazos e promovem modernização da tramitação processual.
- Proíbe-se a participação de servidores da Divisão de Recursos Humanos nas comissões de sindicância e disciplina, reforçando a independência.

8. Previdência e remuneração

- **Arts. 154-I e 154-J** – Adequam o salário-família ao regramento federal do RGPS, com aplicação automática de índices e limites.
- **Art. 80** – Reafirma a irredutibilidade do vencimento do cargo efetivo acrescido das vantagens de caráter permanente.

9. Organização administrativa e responsabilidade funcional

- **Art. 155** – Estabelece regras claras para transferência de atribuições, preservação de documentos e continuidade do serviço público.

- **Art. 231-A** – Revoga diversos dispositivos referentes ao antigo Conselho de Política de Administração e Remuneração, prevendo futura instituição por lei específica.

10. Revogações

O Projeto revoga dispositivos que se tornaram incompatíveis com a nova redação ou que já não atendem aos parâmetros constitucionais e administrativos atuais, como:

- Inciso V do parágrafo único do Art. 67;
- Incisos I e II do Art. 154-J;
- Parágrafos do Art. 231-A;
- Entre outros mencionados no Art. 2º do Projeto.

Considerações Finais

As atualizações propostas não apenas corrigem lacunas e imprecisões do Estatuto vigente, como também incorporam boas práticas de gestão pública, modernizando a legislação, valorizando o servidor e aprimorando a eficiência administrativa do Município.

Assim, diante da relevância e da necessidade de consolidação normativa para garantir segurança jurídica e adequada gestão de pessoal, solicita-se a aprovação do presente Projeto de Lei Complementar.

Renovo protestos de elevada consideração e respeito.

Álvaro Dênis Ceni Scolaro
Prefeito Municipal de Chopinzinho



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 2B09-15EB-55AD-09B0

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO (CPF 009.XXX.XXX-40) em 19/11/2025 14:42:33 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/2B09-15EB-55AD-09B0>







CONSELHO TÉCNICO DE ACOMPANHAMENTO DO ESTATUTO DOS SERVIDORES

k) Por unanimidade dos votos, aprovar a sugestão de nova redação do inciso II, do § 2º, do art. 134 da minuta, conforme a opinião do Conselho:

“Art. 134. Poderá ser concedida licença ao servidor por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, dos pais, dos filhos, do padrasto ou madrasta e enteado, ou dependente que viva a suas expensas e conste do seu assentamento funcional, mediante comprovação por perícia médica oficial.

§ 1º A licença somente será deferida se a assistência direta do servidor for indispensável e não puder ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo ou mediante compensação de horário.

§ 2º A licença de que trata o caput, incluídas as prorrogações, poderá ser concedida a cada período de doze meses nas seguintes condições:

I - por até 60 (sessenta) dias, consecutivos ou não, mantida a remuneração do servidor; e

II - por até 90 (noventa) dias, consecutivos ou não, sem remuneração, na hipótese do servidor ter alcançado a fruição do limite de 60 (sessenta) dias disposto no inciso I do § 2º.

§ 3º O início do interstício de 12 (doze) meses será contado a partir da data do deferimento da primeira licença concedida.

§ 4º A soma das licenças remuneradas e das licenças não remuneradas, incluídas as respectivas prorrogações, concedidas em um mesmo período de 12 (doze) meses, observado o disposto no § 3º, não poderá ultrapassar os limites estabelecidos nos incisos

I e II do § 2º.”

l) Por unanimidade dos votos, aprovar a sugestão de redação do inciso VI no PU do Art. 142 da minuta. O Conselho propõe a redação alinhada ao Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Curitiba:

“Art. 142...

Parágrafo único.

VI – se afastar durante o período de aquisição da licença por meio de licença para tratamento da própria saúde pelo período superior à 90 (noventa) dias, ininterruptos ou não, exceto nos casos de licença por acidente de trabalho ou doença ocupacional;”

m) Por unanimidade dos votos, aprovar a sugestão de nova redação do § 1º, do art. 143 da minuta, conforme a opinião do Conselho:

“Art. 143...

§1º É permitido o fracionamento da licença prêmio em parcelas, sendo que nenhum período poderá ser inferior a 10 (dez) dias consecutivos, e, ainda, quanto aos fracionamentos inferiores a 30 (trinta) dias, deverão ter concordância expressa do servidor.

§2º A licença prêmio poderá ser suspensa por motivos calamidade pública, por requisição da administração devidamente justificado no interesse público, devendo ser complementada a fruição tão logo cesse a causa da suspensão.





CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
 Telephone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
 85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

Quais os fundamentos que poderiam rechaçar alegações quanto à inconstitucionalidade da legislação.



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

A indagação se justifica porque não consegui encontrar interpretação que fundamente constitucionalmente o referido dispositivo legal.

Questão 04: Quais as justificativas para que não se defina em lei remuneração específica para cargos comissionados e funções gratificadas, considerando as orientações contidas no Prejulgado 25 e no acórdão nº 966/2023, ambos do Tribunal Pleno do TCE/PR?

Questão 05: Quais as justificativas para a proposta de alteração dos incisos XXIV e XXV do artigo 156 do projeto de lei complementar em análise?

Seguem os votos referentes às propostas de alteração do projeto de lei complementar em apreço, com as devidas fundamentações:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº de 2025, DE 17 DE JUNHO DE 2025

Altera a Lei Complementar nº 68, de 02 de fevereiro de 2012, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Chopinzinho (PR).

O PREFEITO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei.

Art. 1º. A Lei Complementar nº 68, de 02 de fevereiro de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 17. O servidor municipal, quando nomeado para cargo em comissão, ficará afastado de seu cargo efetivo e fará jus à remuneração prevista em lei para o condicionamento, podendo optar por receber seus vencimentos acrescidos de até 30% (trinta por cento) do valor da remuneração prevista para o cargo em comissão.”

Referente ao artigo 17, não vejo óbice constitucional, ou razões de interesse público que impeçam que o percentual seja estabelecido em 30%.

XV - o subsídio e os vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos são irredutíveis, ressalvado o disposto nos incisos XI e XIV deste artigo e nos arts.



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I; [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)](#)

“Art. 19. As funções gratificadas destinam-se ao desempenho das atribuições de direção, chefia e assessoramento, especificadas e nos termos da lei que instituir o plano de cargos e carreiras.”

Cumprido salientar que o atual plano de carreiras não estabelece um vencimento específico para o cargo, cumprindo ao prefeito estabelecer discricionariamente o nível de remuneração do cargo comissionado, e na maioria das funções gratificadas

Neste ponto é de suma importância veicular o que dispõe o acórdão nº 966/2025:

“(…) Conhecer a presente Consulta para respondê-la nos seguintes termos:

É igualmente aplicável às funções gratificadas o disposto no Prejulgado nº 25-TC, que fixou que “A criação de cargos de provimento em comissão e funções de confiança demanda a edição de lei em sentido formal que deverá, necessariamente, observar os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e eficiência, prevendo a denominação, o quantitativo de vagas, a remuneração, os requisitos de investidura e as respectivas atribuições, que deverão ser descritas de forma clara e objetiva, observada a competência de iniciativa em cada caso.(…)”

Importante salientar que o acórdão estabelece que tanto para as funções gratificadas quanto para os cargos em comissão, existe a necessidade de lei em sentido formal, prevendo a denominação, quantitativo de vagas, a remuneração, os requisitos de investidura, e as respectivas atribuições, que deverão ser descritas de forma clara e objetiva.

Da leitura do acórdão, que possui força vinculante aos municípios paranaenses, resta claro que, tanto as funções gratificadas, gratificações por encargos especiais, e cargos em comissão, devem ser estabelecidos mediante lei, com remuneração específica em razão do feixe de atribuições pertinentes.

Nem de longe a consulta orienta a Administração a fixar o mesmo rol de atribuições para função gratificada e cargos em comissão.

Se assim o fizesse estaria colidindo com o disposto na Constituição Federal, nos incisos II e V do art. 37, que assim estabelece:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)](#)



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

(...)

V - as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

É importante destacar que o constituinte somente autoriza a servidores efetivos exercerem função gratificada; estas funções gratificadas devem possuir atribuições específicas.

Se vem o município e estabelece um rol de atribuições passíveis de serem exercidas mediante função gratificada ou cargo em comissão, de forma alternativa, percebe-se claramente que está tornando inócua a limitação de somente servidores efetivos exercerem função gratificada.

Ante o exposto, voto contrariamente à alteração proposta referente ao artigo 19.

“Art. 23...

(...)

§8º...

IV - luto por falecimento de cônjuge, convivente, pais, irmãos, filhos, enteados, menor adotado, sob sua tutela ou guarda judicial por 5 (cinco) dias consecutivos, contados a partir da data do óbito e, nos casos de falecimento de tios, sobrinhos e avós, por 01 (um) dia, contado a partir da data do óbito;

Voto favorável à alteração, considerando que não compreendo como contrária à constituição federal ou ao interesse público.

...

XIX - participação autorizada em competições esportivas ou delegações culturais em que representem o Município, Estado ou União, conforme os prazos e condições definidos pela Administração municipal, observada a oportunidade, conveniência e o interesse público;”



CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
 Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
 85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

$$\left(\begin{array}{c} \vdots \end{array} \right)$$



CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
 Telephone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
 85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

“Art. 72...



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

§1º A compensação de faltas e banco de horas a que se refere o caput deste artigo será em dobro, em se tratando de serviço extraordinário executado aos domingos e feriados.

§2º A compensação de faltas e banco de horas para os casos de recesso e ponto facultativo serão consideradas como hora “normal” trabalhada.”

Voto favorável à alteração, considerando que não compreendo como contrária à constituição federal ou ao interesse público

...

“Art. 72–A. Para os fins do artigo anterior, as compensações de faltas e banco de horas deverão ser fechadas a cada 12 (doze) meses, vedando-se que ao final do período o servidor possua saldo negativo de horas trabalhadas, sob pena de desconto do saldo negativo e demais providências cabíveis, sem prejuízo das demais disposições previstas em regulamentação específica.”

Voto favorável à alteração, considerando que não compreendo como contrária à constituição federal ou ao interesse público

...

“Art. 72–B. No âmbito do Poder Legislativo Municipal, a Câmara Municipal poderá dispor, mediante Resolução da Mesa Diretora, sobre as regras específicas aplicáveis ao banco de horas e à compensação de faltas de seus servidores, observados os princípios da legalidade, moralidade e eficiência, bem como os limites fixados no artigo anterior.

Parágrafo único. As normas internas estabelecidas pela Câmara Municipal prevalecerão no que tange à organização administrativa e funcionamento interno do Legislativo, sem prejuízo da observância das diretrizes gerais previstas nesta Lei e na legislação correlata.”

Voto favorável à alteração, posto que melhor atende ao princípio da separação de poderes, conforme dispõe a Constituição Federal.

...

“Art. 74...

(...)

III - por 5 (cinco) dias consecutivos, em razão do falecimento de cônjuge, convivente, pais, irmãos, filhos, enteados, menor adotado, sob sua tutela ou guarda judicial, contados a partir da data do óbito e, nos casos de falecimento de tios, sobrinhos e avós, por 01 (um) dia, contado a partir da data do óbito;

VI - para participação autorizada em competições esportivas ou delegações culturais em que representem o Município, Estado ou União, conforme os prazos



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

e condições definidos pela Administração municipal, observada a oportunidade, conveniência e o interesse público;”

Voto favorável à alteração, considerando que não compreendo como contrária à constituição federal ou ao interesse público

...

“Art. 80. Os vencimentos dos ocupantes de cargos públicos, acrescidos das vantagens de caráter permanente, são irredutíveis, não se aplicando às verbas transitórias que sua concessão fica a critério do Chefe do Poder Executivo ou Legislativo.”

Da simples leitura do já referido acórdão nº 966/2023, e igualmente do prejulgado 25, ambos do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, verifica-se que a alteração proposta colide tanto com a consulta quanto ao prejulgado, de observância obrigatória pelos municípios paranaenses.

Notem que as orientações são bem claras no sentido de que a remuneração dos cargos e funções devem ser estabelecidas em lei, e não de acordo com o critério subjetivo do gestor.

E a constituição federal, no inciso XV do art. 37 estabelece que vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos são irredutíveis, não fazendo o constituinte qualquer ressalva a cargos comissionados ou função gratificada.

Segue transcrição do referido artigo:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

(...)

XV - o subsídio e os vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos são irredutíveis, ressalvado o disposto nos incisos XI e XIV deste artigo e nos arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

Cumpra alertar que o município corre o risco de sofrer condenações por não observar a irredutibilidade de vencimentos, ainda que prevista em lei, posto que poderá haver declaração incidental de inconstitucionalidade pelo judiciário, e até mesmo declaração de inconstitucionalidade da lei em tese, pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

Ante o exposto, voto contrariamente à alteração do art. 80 nos termos propostos.

“Art. 90.

§ 1º Após cada período de 12 (doze) meses de vigência do vínculo de trabalho, o servidor terá direito a férias, na seguinte proporção:

I - 30 (trinta) dias corridos, quando não houver faltado ao serviço mais de 5 (cinco) vezes;

II - 24 (vinte e quatro) dias corridos, quando houver tido de 6 (seis) a 14 (quatorze) faltas;

III - 18 (dezoito) dias corridos, quando houver tido de 15 (quinze) a 23 (vinte e três) faltas;

IV - 12 (doze) dias corridos, quando houver tido de 24 (vinte e quatro) a 32 (trinta e duas) faltas.

§ 2º É vedado descontar, do período de férias, as faltas justificadas do servidor ao serviço.

§ 3º O período das férias será computado, para todos os efeitos, como tempo de serviço.

§ 4º A Administração Pública poderá solicitar a interrupção das férias do servidor, a qualquer momento, desde que haja concordância expressa do servidor, com notificação prévia de no mínimo 48 horas, salvo em casos de emergência, sendo que a interrupção das férias deverá ser compensada em período subsequente, conforme acordado entre as partes, sem prejuízo de direitos do servidor, e respeitando a legislação vigente.

§ 5º O servidor público terá direito a indenização das férias proporcionais ao período trabalhado, calculadas de acordo com o tempo de serviço prestado, inclusive nos casos de cessação do vínculo empregatício antes de completar o período aquisitivo de férias, sendo o valor correspondente pago de forma proporcional, conforme as disposições da legislação vigente.

§ 6º Em atenção aos princípios da legalidade e da responsabilidade fiscal, fica vedado quaisquer efeitos retroativos que impliquem despesas ou pagamentos regressivos, bem como a interpretação e aplicação retroativa do parágrafo anterior.

§ 7º Na hipótese de nomeação de servidor efetivo para outro cargo de provimento efetivo, é vedada a contagem de tempo do período aquisitivo com base no cargo anteriormente ocupado, sendo reiniciado a partir da data de exercício no novo cargo.

§ 8º Na hipótese de nomeação de servidor efetivo para cargo de provimento em comissão ou função gratificada, a contagem do período aquisitivo não interrompe,



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

desde que ocorra a imediata nomeação e manutenção do vínculo com o Município.

§ 9º Na hipótese de nomeação de servidor que ocupe cargo de provimento em comissão ou ainda de agente político para cargo de provimento efetivo, cargo de provimento em comissão ou cargo político, é vedada a contagem de tempo do período aquisitivo com base no cargo anteriormente ocupado, sendo reiniciado a partir da data de exercício no novo cargo.

§ 10º Havendo previsão na Lei Orgânica do Município e lei vigente, ambas de iniciativa do Poder Legislativo do Município de Chopinzinho, e observada as demais disposições constitucionais, na hipótese de nomeação de servidor efetivo para cargo político, a contagem do período aquisitivo não interrompe, desde que ocorra a imediata nomeação e manutenção do vínculo com o município.

§11. Poderá ser concedido ou convertido em pecúnia ao servidor público período proporcional de férias, desde que completado no mínimo 4/12 (quatro doze avos) do período aquisitivo, equivalente a, no mínimo, 10 (dez) dias de férias, sendo que a concessão proporcional deverá respeitar o interesse público, a conveniência administrativa e os critérios estabelecidos pelo setor de gestão de pessoas, sendo assegurados todos os direitos e vantagens correlatos ao período concedido."

Voto favorável à alteração do art. 90 e parágrafos, considerando que não compreendo como contrária à constituição federal ou ao interesse público

...

"Art. 91 As férias serão concedidas de acordo com a escala organizada pela chefia imediata, nos 12 (doze) meses subsequentes à data em que o servidor adquiriu o direito, com exceção do § 11 do artigo 90, não permitida a acumulação de férias.

§ 1º As férias poderão ser parceladas em até 03 (três) períodos, desde que assim requeridas pelo servidor, e no interesse da administração pública, não podendo um deles ser inferior a 10 (dez) dias.

.....

§ 3º O servidor poderá requerer a conversão em pecúnia de um terço do período de férias, até três dias após a notificação da concessão pelo departamento de recursos humanos, cabendo o interesse da administração municipal e a disponibilidade orçamentária para o deferimento da conversão."

Voto favorável à alteração, considerando que não compreendo como contrária à constituição federal ou ao interesse público

...



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

“Art. 91-A.....

.....

§ 7º Não sendo pago no vencimento o documento de arrecadação municipal de que trata o parágrafo anterior, compete a Secretaria Municipal de Administração e Finanças a inscrição em dívida ativa e demais procedimentos de cobrança cabíveis.”

Voto favorável à alteração, considerando que não compreendo como contrária à constituição federal ou ao interesse público

.....

...

“Art. 92 ...

§ 1º O pagamento da remuneração das férias será efetuado até 2 (dois) dias antes do início do respectivo período.

.....

§ 3º Será computada na média do período aquisitivo para fins de pagamento às funções gratificadas, gratificação pelo exercício de encargos especiais e o percentual estipulado conforme o art.17 desta Lei.”

Voto contrário à alteração, considerando que a redação atual contempla de forma mais adequada as denominadas vantagens transitórias, e o adicional de férias, não vislumbrando razões que justifiquem a alteração.

...

“Art. 109-B. O servidor que, durante o período de suas férias ou fora de seu horário normal de trabalho, for convocado para realizar serviços extraordinários, estará sujeito ao regime de sobreaviso.

§1º O servidor em regime de sobreaviso deverá estar disponível para o desempenho de suas funções, sendo remunerado pelo tempo em que estiver à disposição, com o pagamento do adicional de serviço extraordinário conforme o tempo efetivamente trabalhado.

§2º O servidor em regime de sobreaviso será remunerado com 1/5 da hora “normal” trabalhada, e a partir do efetivo exercício serão computadas horas extras.”

Voto favorável, com a seguinte ressalva: a convocação de servidor durante o período de férias, nas hipóteses contempladas pela lei não deve ser, por si, hipótese de pagamento de adicional de sobreaviso.



CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telephone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

...





Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

“Art. 134. Poderá ser concedida licença ao servidor por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, dos pais, dos filhos, do padrasto ou madrasta e enteado, ou dependente que viva a suas expensas e conste do seu assentamento funcional, mediante comprovação por perícia médica oficial.

§ 1º A licença somente será deferida se a assistência direta do servidor for indispensável e não puder ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo ou mediante compensação de horário.

§ 2º A licença de que trata o caput, incluídas as prorrogações, poderá ser concedida a cada período de doze meses nas seguintes condições:

I - por até 60 (sessenta) dias, consecutivos ou não, mantida a remuneração do servidor; e

II - por até 90 (noventa) dias, consecutivos ou não, sem remuneração.

§ 3º O início do interstício de 12 (doze) meses será contado a partir da data do deferimento da primeira licença concedida.

§ 4º A soma das licenças remuneradas e das licenças não remuneradas, incluídas as respectivas prorrogações, concedidas em um mesmo período de 12 (doze) meses, observado o disposto no § 3º, não poderá ultrapassar os limites estabelecidos nos incisos I e II do § 2º.”

Voto favorável à alteração, considerando que não compreendo como contrária à constituição federal ou ao interesse público, com a sugestão de alteração do texto do dispositivo que segue:

...

“II - por até 90 (noventa) dias, consecutivos ou não, sem remuneração, na hipótese do servidor ter alcançado a fruição do limite de 60 (sessenta) dias disposto no inciso I do § 2º.”

“Art. 138. É assegurado para, no máximo, três servidores eleitos, a licença com remuneração para o desempenho de mandato no sindicato representativo da categoria de servidores.”

Voto favorável à alteração, considerando que não compreendo como contrária à constituição federal ou ao interesse público

...

“Art. 140...

Parágrafo único.....

.....



CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
 Telephone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
 85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

• • • • •

...

§2º A licença prêmio poderá ser suspensa por motivos calamidade pública, por requisição da administração devidamente justificado no interesse público, devendo ser complementada a fruição tão logo cesse a causa da suspensão.



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

(...)

§6º A conversão em pecúnia de que trata os § 4º e § 5º deste artigo, depende de requerimento prévio e escrito do servidor para usufruir a licença em gozo ou transformá-la total ou parcialmente em pecúnia, nos termos do art. 141 desta Lei, devendo o requerimento ser realizado dentro do período de 60 (sessenta) meses subsequentes à data em que o servidor adquiriu o direito, ou nos 60 (sessenta) meses subsequentes a partir da data da vigência que trata o parágrafo anterior.

§7º Decorridos os prazos de que trata o parágrafo anterior sem que haja requerimento prévio e escrito do servidor, fica vedada a transformação automática em pecúnia, sem prejuízo da possibilidade de agendamento da licença de ofício pela Administração municipal e da aplicação do art. 141 desta Lei.”

Voto favorável à alteração, considerando que não compreendo como contrária à constituição federal ou ao interesse público, e possibilita que a Administração implemente uma conduta adequada na observação do direito conferido pela lei, sem prejuízo de que seja observado o interesse da fazenda pública.

...

“Art. 154-I. O salário-família será devido ao segurado do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Chopinzinho, na forma e condições estabelecidas pela legislação do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), especialmente no que se refere ao limite de renda, valor das cotas e demais requisitos, observado o disposto na legislação federal vigente.

Parágrafo único. Também terão direito ao salário-família os aposentados por invalidez, por idade, bem como os demais aposentados que preencham os requisitos estabelecidos pela legislação do RGPS, sendo o benefício pago juntamente com a aposentadoria.”

...

“Art. 154-J. O valor da cota do salário-família por filho ou equiparado, bem como os limites de remuneração mensal para sua concessão, observarão os critérios, valores e atualizações previstos na legislação vigente do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), sendo aplicáveis automaticamente ao âmbito do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Chopinzinho.

I – Revogado

II – Revogado

Parágrafo único. Os valores e critérios definidos pelo RGPS serão adotados integralmente, inclusive no tocante aos índices de correção aplicáveis, dispensada a necessidade de edição normativa municipal específica para cada alteração.”

...



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

Voto favorável à alteração, desde que nos termos do que foi sugerido pelo servidor Geri em seu voto como membro do conselho técnico de revisão do estatuto dos servidores.

“Art. 155...

(...)

§ 3º No caso de afastamento por férias ou por qualquer outro motivo, por período igual ou superior a 30 (trinta) dias, o servidor público deverá, previamente e dentro dos trâmites administrativos pertinentes, transferir formalmente suas atribuições ao servidor designado como substituto.

§4º A transferência que trata o §3º deverá incluir o fornecimento dos acessos, senhas e orientações indispensáveis à continuidade dos serviços, bem como a preservação e integridade dos arquivos e documentos sob sua responsabilidade, sendo vedada a exclusão ou alteração indevida de qualquer informação, tendo como objetivo garantir a manutenção do funcionamento regular das atividades públicas, sem prejuízo à administração ou à prestação do serviço.

§5º É vedado ao servidor ocupante de cargo político, em comissão ou função gratificada que retorna ao seu cargo original ou passa a exercer novo cargo político, em comissão ou função gratificada, se negar em passar informações de interesse da Administração municipal, arquivos e documentos ou atividades relacionadas ao bom andamento do serviço público, sob pena de responsabilização.”

...

Voto favorável à alteração, considerando que não compreendo como contrária à constituição federal ou ao interesse público, com exceção ao fornecimento de senhas pessoais, com a seguinte sugestão de redação

“§4º A transferência que trata o §3º deverá incluir o fornecimento dos acessos, e orientações indispensáveis à continuidade dos serviços, bem como a preservação e integridade dos arquivos e documentos sob sua responsabilidade, sendo vedada a exclusão ou alteração indevida de qualquer informação, tendo como objetivo garantir a manutenção do funcionamento regular das atividades públicas, sem prejuízo à administração ou à prestação do serviço.”

“Art. 156...

XIV - exercer atividade ou participar de gerência ou administração de empresa comercial, industrial ou prestadora de serviços, com objetivos econômicos, se esta manter negócios com o Município;



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

Voto favorável à alteração, considerando que não compreendo como contrária à constituição federal ou ao interesse público, garantindo ao servidor o exercício de atividade empresarial, desde que não interfira no desempenho adequado da função pública.

Não obstante, se houver prejuízo às atribuições funcionais, já existem outros dispositivos que tipificam a conduta.

XXIV - se recusar injustificadamente a participar de comissões, comitês, conselhos municipais, equipes ou grupos de trabalho, quando expressamente designado pela administração municipal;

Voto contrário a esse inciso, considerando que possibilitaria à Administração agir com arbitrariedade em relação ao servidor, implicando-o em obrigações que demandam tempo de dedicação, muitas vezes em seu horário de descanso, sem a correspondente remuneração, até mesmo por vedação legal, como a participação em conselhos.

Além disso é um inciso desnecessário, à medida que o servidor possui a obrigação de participar de colegiados e grupos de trabalho, desde que sejam pertinentes às atribuições do cargo, o servidor possua a devida capacitação para tanto, e a participação não comprometa as demais atribuições funcionais.

XXV - deixar de cumprir os prazos designados por escrito pelo seu superior hierárquico, bem como os prazos previstos em normas e regulamentações."

No que tange aos prazos em normas e regulamentações, já existe previsão legal no art. 155, inciso III e IV.

Em relação a prazos designados por escrito pelo seu superior hierárquico, causa estranheza quanto ao que pretende o autor de tal dispositivo, posto que já existe o dever de obediência hierárquica, passível de penalização pelo seu descumprimento injustificado.

O manejo de tal dispositivo pode alcançar medidas arbitrárias por parte do superior hierárquico, podendo caracterizar ato de assédio moral e crime de abuso de autoridade.

Cumprido salientar que a responsabilização com a imputação pretendida poderia gerar nulidade do processo, pleito de dano moral em relação à Administração, com possível direito de regresso em relação às autoridades e demais agentes públicos envolvidos.

Logo, voto contrário ao inciso XXV.

...

"Art. 159-A...



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

§3º É facultado ao(a) vereador(a) formalizar pedido para retorno do andamento do processo de sindicância ou disciplinar, através de requerimento formal junto à comissão processante.”

...

Voto favorável à alteração, posto que melhor atende à separação de poderes, conforme dispõe a Constituição Federal.

“Art. 160. São penalidades disciplinares:

...

V - destituição de cargo em comissão;”

...

Voto favorável à alteração, posto que melhor atende à separação de poderes, conforme dispõe a Constituição Federal.

“Art. 169. A demissão do cargo efetivo ou a destituição de cargo em comissão por infringência ao art. 165, incisos I, IV, VIII, IX, X, XI e XIII, e ao art. 156, XII, XIII, XVI, XXII, incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo público do Município, pelo prazo de 08 (oito) anos, contados da data de publicação da portaria de julgamento.”

...

Voto favorável ao acréscimo da redação que trata do período de vedação a assumir cargo no município; não obstante, cumpre à gestão verificar possível incongruência entre a causa de demissão referente ao inciso XIII do art. 165 (XIII - transgressão ao art. 156, incisos XI a XXIII), e aos incisos XII, XIII, XVI e XXII;

A fim de se afastar a possível incongruência, recomenda-se a nova redação do artigo nos seguintes termos:

“Art. 169. A demissão do cargo efetivo ou a destituição de cargo em comissão por infringência ao art. 165, incisos I, IV, VIII, IX, X, e XI; e ao art. 156, XII, XIII, XVI, e XXII, incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo público do Município, pelo prazo de 08 (oito) anos, contados da data de publicação da portaria de julgamento.”

“Art. 172...

(...)



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

II - pela autoridade que houver feito a nomeação, quando se tratar de destituição de cargo em comissão;”

...

Voto favorável à alteração, considerando que não compreendo como contrária à constituição federal ou ao interesse público

“Art. 173...

(...)

I - 5 (cinco) anos, quanto às infrações puníveis com demissão, destituição de cargo em comissão, cassação de disponibilidade e de aposentadoria;”

...

Voto favorável à alteração, considerando que não compreendo como contrária à constituição federal ou ao interesse público

“Art. 174...

(...)

§ 14 Os autos do processo, as reuniões da comissão e os atos processuais terão acesso restrito às pessoas envolvidas na apuração, ficando os autos sob a responsabilidade da comissão processante, que registrará todas as juntadas de documentos.

(...)

Voto favorável à alteração, considerando que não compreendo como contrária à constituição federal ou ao interesse público.

§17 O Presidente do Poder Legislativo Municipal poderá, mediante justificativa formal e nos termos da legislação vigente, requisitar ao Poder Executivo a atuação da Comissão de Sindicância ou da Comissão Disciplinar, nos casos em que houver denúncia ou representação sobre irregularidades funcionais envolvendo servidores vinculados à Câmara Municipal, desde que haja impedimento ou inviabilidade técnica de instituição de comissão própria do Poder Legislativo, ou que a medida seja necessária para assegurar a celeridade, a isenção e a efetividade da apuração dos fatos, evitando prejuízos ao interesse público.”

...

Voto favorável à alteração, considerando que não compreendo como contrária à constituição federal ou ao interesse público, ou à separação de poderes.



CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
 Telephone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
 85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

...

...

■ ■ ■

$$\left(\begin{array}{c} \vdots \end{array} \right)$$



CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
 Telephone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
 85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

VI - relatório conclusivo.”



CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
 Telephone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
 85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ



CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
 Telephone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
 85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ



CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
 Telephone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
 85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

§ 11 Revogado;"

III – o parágrafo único do art. 168;



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

IV – o parágrafo único do art. 169;

V – os incisos I e II do artigo 192;

VI – os parágrafos § 1º ao § 11º e respectivos incisos do art. 231-A.

Voto favorável à revogação dos dispositivos legais acima, com exceção aos parágrafos § 1º ao § 11º e respectivos incisos do art. 231-A, pelas razões retromencionadas.

Art. 3º Os demais dispositivos da Lei Complementar nº 68 de 02 de fevereiro de 2012 permanecem inalterados.

Art. 4º Esta Lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Voto favorável à redação dos arts 3º e 4º nos termos propostos.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CHOPINZINHO, 24 DE SETEMBRO DE 2025.

Álvaro Dênis Ceni Scolaro
Prefeito Municipal

Atenciosamente,

Chopinzinho PR, datado e assinado eletronicamente.

Márcio Stringari
Procurador Municipal
OAB/PR 82.108



CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
 Telephone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
 85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

Assinado por 6 pessoas: **MARCELO MARINHAZ**, **RICARDO VORACOSKI**, **MARCIO STRINGARI**, **GERIS ANDREI SPADARI**, **CARLOS ANTONIO ANSILIERO** e **RUBIA MARA STORTI ROCHA**.
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/9780-A97C9-0E08-EB10> e informe o código **9780-A97C9-0E08-EB10**.





CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
 Telephone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
 85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

Ocorre que a supressão do artigo 19 permitirá que sejam nomeados para funções gratificadas pessoas de fora da Administração, vulnerando o inciso II e V do art. 37 da Constituição Federal, posto que pessoas de fora da Administração somente podem ocupar cargos em comissão, e não as atribuições pertinentes às funções



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

gratificadas, reservadas aos servidores ocupantes de cargos efetivos, conforme transcrito a seguir:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

(...)

V - as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

É do conhecimento dos membros a resposta da gestão, do i. Procurador Geral Municipal, Dr Nivaldo José Bello Junior, que devem ser consideradas e ponderadas; seguem transcritas a seguir:

"Primeiramente, é importante delimitar que o objeto da presente discussão é a alteração do Estatuto dos Servidores (LC 68/2012), e não o Plano de Carreiras (Lei 4.113/2025). Contudo, em respeito ao debate, esclarecemos o ponto. A estrutura que permite que uma mesma função de chefia, direção ou assessoramento seja exercida tanto por meio de Função Gratificada (FG) quanto por Cargo em Comissão (CC) constitui um arranjo administrativo que visa conferir maior flexibilidade e eficiência à gestão. Não há qualquer inconstitucionalidade nesta modelagem. A Constituição Federal, em seu art. 37, V, distingue claramente os dois institutos: as Funções de Confiança (ou gratificadas) são "exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo", enquanto os Cargos em Comissão são "a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, (...) destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento". O modelo adotado não confunde os institutos, mas permite ao gestor uma escolha discricionária: • Se o servidor mais qualificado para a chefia for um servidor de carreira, a Administração



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

pode designá-lo para uma FG, que crescerá um valor à sua remuneração original. • Se a Administração optar por um servidor sem vínculo efetivo ou mesmo se desejar dar a um servidor de carreira um tratamento remuneratório diverso, poderá nomeá-lo para um CC.

Essa flexibilidade é uma ferramenta de gestão moderna e amplamente utilizada na Administração Pública brasileira, inclusive na esfera Federal, onde Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores (DAS) e Funções Comissionadas do Poder Executivo (FCPE) coexistem para níveis de responsabilidade semelhantes, sendo o segundo exclusivo para servidores de carreira. Desconhece-se qualquer precedente ou vedação constitucional que impeça o legislador municipal de adotar arranjo semelhante, que prestigia a discricionariedade do gestor na busca pela eficiência.”

O Dr. Thiago Voracoski Santos também poderá fazer as considerações e propostas de texto que julgar oportunas.

Considerando que a maioria dos membros não abriu o voto acerca deste artigo, deve proceder à votação via WhatsApp.

“Art. 23...

(...)

§8º...

IV - luto por falecimento de cônjuge, convivente, pais, irmãos, filhos, enteados, menor adotado, sob sua tutela ou guarda judicial por 5 (cinco) dias consecutivos, contados a partir da data do óbito e, nos casos de falecimento de tios, sobrinhos e avós, por 01 (um) dia, contado a partir da data do óbito;

Houve votação unânime aprovando os dispositivos legais.

Os membros do conselho opinam que a permissão de falta justificada em serviço deva ser ampliada para 02 (dois) dias, nos casos de falecimento de tios, sobrinhos e avós, a fim de que o dispositivo legal tenha efetividade, considerando a possibilidade de falecimento no período noturno, e necessidade de realização de viagens.

Os membros do conselho deverão confirmar a aprovação do dispositivo legal via WhatsApp.

...

XIX - participação autorizada em competições esportivas ou delegações culturais em que representem o Município, Estado ou União, conforme os prazos e



CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
 Telephone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
 85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ



CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
 Telephone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
 85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

Não houve discussão do dispositivo.

Os membros do conselho deverão confirmar a aprovação do dispositivo legal via WhatsApp.

“Art. 70...

Parágrafo único. No âmbito do Poder Legislativo Municipal, a Câmara Municipal poderá dispor, mediante Resolução da Mesa Diretora, sobre as regras específicas aplicáveis ao intervalo intrajornada de seus servidores, observados os princípios da legalidade, moralidade e eficiência.”

Não houve discussão do dispositivo.

Os membros do conselho deverão confirmar a aprovação do dispositivo legal via WhatsApp.

...

“Art. 72...

§1º A compensação de faltas e banco de horas a que se refere o caput deste artigo será em dobro, em se tratando de serviço extraordinário executado aos domingos e feriados.

§2º A compensação de faltas e banco de horas para os casos de recesso e ponto facultativo serão consideradas como hora “normal” trabalhada.”

Houve votação unânime aprovando os dispositivos legais.

Os membros do conselho deverão confirmar a aprovação do dispositivo legal via WhatsApp.

...

“Art. 72–A. Para os fins do artigo anterior, as compensações de faltas e banco de horas deverão ser fechadas a cada 12 (doze) meses, vedando-se que ao final do período o servidor possua saldo negativo de horas trabalhadas, sob pena de desconto do saldo negativo e demais providências cabíveis, sem prejuízo das demais disposições previstas em regulamentação específica.”

Houve votação unânime aprovando os dispositivos legais.

Houve, ainda, deliberação unânime pelo acréscimo do parágrafo único, nos seguintes termos:

“Parágrafo único- O controle e fechamento das compensações de faltas e banco de horas é de responsabilidade da chefia imediata do servidor, que será responsável, ainda, pelas respectivas informações à Divisão de Recursos Humanos e Segurança do Trabalho.”



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

Os membros do conselho deverão confirmar a aprovação do dispositivo legal via WhatsApp.

...

“Art. 72–B. No âmbito do Poder Legislativo Municipal, a Câmara Municipal poderá dispor, mediante Resolução da Mesa Diretora, sobre as regras específicas aplicáveis ao banco de horas e à compensação de faltas de seus servidores, observados os princípios da legalidade, moralidade e eficiência, bem como os limites fixados no artigo anterior.

Parágrafo único. As normas internas estabelecidas pela Câmara Municipal prevalecerão no que tange à organização administrativa e funcionamento interno do Legislativo, sem prejuízo da observância das diretrizes gerais previstas nesta Lei e na legislação correlata.”

Não houve discussão do dispositivo.

Os membros do conselho deverão confirmar a aprovação do dispositivo legal via WhatsApp.

...

“Art. 74...

(...)

III - por 5 (cinco) dias consecutivos, em razão do falecimento de cônjuge, convivente, pais, irmãos, filhos, enteados, menor adotado, sob sua tutela ou guarda judicial, contados a partir da data do óbito e, nos casos de falecimento de tios, sobrinhos e avós, por 01 (um) dia, contado a partir da data do óbito;

VI - para participação autorizada em competições esportivas ou delegações culturais em que representem o Município, Estado ou União, conforme os prazos e condições definidos pela Administração municipal, observada a oportunidade, conveniência e o interesse público;”

Houve votação unânime aprovando os dispositivos legais.

Quanto ao inciso VI, os membros do conselho opinam que a permissão de falta justificada em serviço deva ser ampliada para 02 (dois) dias, nos casos de falecimento de tios, sobrinhos e avós, a fim de que o dispositivo legal tenha efetividade, considerando a possibilidade de falecimento no período noturno, e necessidade de realização de viagens.

Os membros do conselho deverão confirmar a aprovação do dispositivo legal via WhatsApp.

...



CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
 Telephone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
 85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

“Os subsídios e os vencimentos dos ocupantes de cargos públicos são irredutíveis, ressalvado o disposto nos incisos XI e XIV do art. 37 e nos arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I da Constituição Federal.”



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

Considerando que a maioria dos membros não abriu o voto acerca deste artigo, deve proceder à votação via WhatsApp.

“Art. 90.

§ 1º Após cada período de 12 (doze) meses de vigência do vínculo de trabalho, o servidor terá direito a férias, na seguinte proporção:

I - 30 (trinta) dias corridos, quando não houver faltado ao serviço mais de 5 (cinco) vezes;

II - 24 (vinte e quatro) dias corridos, quando houver tido de 6 (seis) a 14 (quatorze) faltas;

III - 18 (dezoito) dias corridos, quando houver tido de 15 (quinze) a 23 (vinte e três) faltas;

IV - 12 (doze) dias corridos, quando houver tido de 24 (vinte e quatro) a 32 (trinta e duas) faltas.

§ 2º É vedado descontar, do período de férias, as faltas justificadas do servidor ao serviço.

§ 3º O período das férias será computado, para todos os efeitos, como tempo de serviço.

§ 4º A Administração Pública poderá solicitar a interrupção das férias do servidor, a qualquer momento, desde que haja concordância expressa do servidor, com notificação prévia de no mínimo 48 horas, salvo em casos de emergência, sendo que a interrupção das férias deverá ser compensada em período subsequente, conforme acordado entre as partes, sem prejuízo de direitos do servidor, e respeitando a legislação vigente.

§ 5º O servidor público terá direito a indenização das férias proporcionais ao período trabalhado, calculadas de acordo com o tempo de serviço prestado, inclusive nos casos de cessação do vínculo empregatício antes de completar o período aquisitivo de férias, sendo o valor correspondente pago de forma proporcional, conforme as disposições da legislação vigente.

§ 6º Em atenção aos princípios da legalidade e da responsabilidade fiscal, fica vedado quaisquer efeitos retroativos que impliquem despesas ou pagamentos regressivos, bem como a interpretação e aplicação retroativa do parágrafo anterior.

§ 7º Na hipótese de nomeação de servidor efetivo para outro cargo de provimento efetivo, é vedada a contagem de tempo do período aquisitivo com base no cargo anteriormente ocupado, sendo reiniciado a partir da data de exercício no novo cargo.



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

§ 8º Na hipótese de nomeação de servidor efetivo para cargo de provimento em comissão ou função gratificada, a contagem do período aquisitivo não interrompe, desde que ocorra a imediata nomeação e manutenção do vínculo com o Município.

§ 9º Na hipótese de nomeação de servidor que ocupe cargo de provimento em comissão ou ainda de agente político para cargo de provimento efetivo, cargo de provimento em comissão ou cargo político, é vedada a contagem de tempo do período aquisitivo com base no cargo anteriormente ocupado, sendo reiniciado a partir da data de exercício no novo cargo.

§ 10º Havendo previsão na Lei Orgânica do Município e lei vigente, ambas de iniciativa do Poder Legislativo do Município de Chopinzinho, e observada as demais disposições constitucionais, na hipótese de nomeação de servidor efetivo para cargo político, a contagem do período aquisitivo não interrompe, desde que ocorra a imediata nomeação e manutenção do vínculo com o município.

§11. Poderá ser concedido ou convertido em pecúnia ao servidor público período proporcional de férias, desde que completado no mínimo 4/12 (quatro doze avos) do período aquisitivo, equivalente a, no mínimo, 10 (dez) dias de férias, sendo que a concessão proporcional deverá respeitar o interesse público, a conveniência administrativa e os critérios estabelecidos pelo setor de gestão de pessoas, sendo assegurados todos os direitos e vantagens correlatos ao período concedido.”

Houve votação unânime aprovando os dispositivos legais.

Os membros do conselho deverão confirmar a aprovação do dispositivo legal via WhatsApp.

...

“Art. 91 As férias serão concedidas de acordo com a escala organizada pela chefia imediata, nos 12 (doze) meses subsequentes à data em que o servidor adquiriu o direito, com exceção do § 11 do artigo 90, não permitida a acumulação de férias.

§ 1º As férias poderão ser parceladas em até 03 (três) períodos, desde que assim requeridas pelo servidor, e no interesse da administração pública, não podendo um deles ser inferior a 10 (dez) dias.

.....

§ 3º O servidor poderá requerer a conversão em pecúnia de um terço do período de férias, até três dias após a notificação da concessão pelo departamento de recursos humanos, cabendo o interesse da administração municipal e a disponibilidade orçamentária para o deferimento da conversão.”

Houve votação unânime aprovando os dispositivos legais.



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

Discutiu-se bastante sobre o reiterado descumprimento da proibição à acumulação do período de férias.

Sugiro, analisando posteriormente o § 1º, que a fim de que continuemos aplicando a vedação da fruição de período de férias menor que 10 (dez) dias, seja realizada a seguinte adequação:

“§ 1º As férias poderão ser parceladas em até 03 (três) períodos, desde que assim requeridas pelo servidor, e no interesse da administração pública, não podendo nenhum deles ser inferior a 10 (dez) dias.”

Os membros do conselho deverão confirmar a aprovação do dispositivo legal via WhatsApp.

...

“Art. 91-A.....

.....

§ 7º Não sendo pago no vencimento o documento de arrecadação municipal de que trata o parágrafo anterior, compete a Secretaria Municipal de Administração e Finanças a inscrição em dívida ativa e demais procedimentos de cobrança cabíveis.”

Não houve discussão do dispositivo.

Os membros do conselho deverão confirmar a aprovação do dispositivo legal via WhatsApp.

.....

...

“Art. 92 ...

§ 1º O pagamento da remuneração das férias será efetuado até 2 (dois) dias antes do início do respectivo período.

.....

§ 3º Será computada na média do período aquisitivo para fins de pagamento às funções gratificadas, gratificação pelo exercício de encargos especiais e o percentual estipulado conforme o art.17 desta Lei.”

No que tange ao § 1º, houve consenso de votar contrário à alteração, opinando pela manutenção da redação atual do artigo, dados os problemas operacionais que podem advir, já conhecidos pelos servidores do departamento de recursos humanos.



CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
 Telephone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
 85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

...

...

$$(\dots)$$



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

Não houve discussão do dispositivo.

Os membros do conselho deverão confirmar a aprovação do dispositivo legal via WhatsApp

§ 5º No âmbito do Poder Legislativo Municipal, a Câmara Municipal poderá dispor, mediante Resolução da Mesa Diretora, sobre as regras específicas aplicáveis às licenças de seus servidores, observados os princípios da legalidade, moralidade e eficiência.”

Não houve discussão do dispositivo.

Os membros do conselho deverão confirmar a aprovação do dispositivo legal via WhatsApp

...

“Art. 134. Poderá ser concedida licença ao servidor por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, dos pais, dos filhos, do padrasto ou madrasta e enteado, ou dependente que viva a suas expensas e conste do seu assentamento funcional, mediante comprovação por perícia médica oficial.

§ 1º A licença somente será deferida se a assistência direta do servidor for indispensável e não puder ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo ou mediante compensação de horário.

§ 2º A licença de que trata o caput, incluídas as prorrogações, poderá ser concedida a cada período de doze meses nas seguintes condições:

I - por até 60 (sessenta) dias, consecutivos ou não, mantida a remuneração do servidor; e

II - por até 90 (noventa) dias, consecutivos ou não, sem remuneração.

§ 3º O início do interstício de 12 (doze) meses será contado a partir da data do deferimento da primeira licença concedida.

§ 4º A soma das licenças remuneradas e das licenças não remuneradas, incluídas as respectivas prorrogações, concedidas em um mesmo período de 12 (doze) meses, observado o disposto no § 3º, não poderá ultrapassar os limites estabelecidos nos incisos I e II do § 2º.”

Houve votação unânime aprovando os dispositivos legais, com a seguinte ressalva, materializada na seguinte proposta de alteração de texto:

...

“II - por até 90 (noventa) dias, consecutivos ou não, sem remuneração, na hipótese do servidor ter alcançado a fruição do limite de 60 (sessenta) dias disposto no inciso I do § 2º.”



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

Os membros do conselho deverão confirmar a aprovação do dispositivo legal via WhatsApp

...

“Art. 138. É assegurado para, no máximo, três servidores eleitos, a licença com remuneração para o desempenho de mandato no sindicato representativo da categoria de servidores.”

Houve votação unânime aprovando o dispositivo legal

Os membros do conselho deverão confirmar a aprovação do dispositivo legal via WhatsApp

...

“Art. 140...

Parágrafo único.....

.....

II - na hipótese de nomeação de servidor efetivo para cargo de provimento em comissão ou função gratificada, a contagem do período aquisitivo não interrompe, desde que ocorra a imediata nomeação e manutenção do vínculo com o município;

.....

IV - na hipótese de o servidor ocupante de dois cargos efetivos de professor afastar-se de um deles para o exercício de função de Diretor de Escola ou de Pedagogo, a contagem do período aquisitivo de licença prêmio por assiduidade referente ao cargo do qual se afastou será interrompida, sendo retomada do ponto em que foi suspensa, desde que haja imediata nomeação para a função e seja mantido o vínculo com o Município;

V - havendo previsão na Lei Orgânica do Município e lei vigente, ambas de iniciativa do Poder Legislativo do Município de Chopinzinho, e observada as demais disposições constitucionais, na hipótese de nomeação de servidor efetivo para cargo político, a contagem do período aquisitivo não interrompe, desde que ocorra a imediata nomeação e manutenção do vínculo com o município.”

...

Não houve discussão do dispositivo.

Os membros do conselho deverão confirmar a aprovação do dispositivo legal via WhatsApp



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

“Art. 142...

Parágrafo único.

VI – Se afastar durante o período de aquisição da licença por meio atestados médicos pelo período superior à 60 (sessenta) dias, exceto em casos de internação comprovada.

Não houve aprovação unânime do dispositivo.

Contudo houve deliberação unânime da necessidade de inserção das seguintes exceções, a fim de não colidir com a legislação de regência: afastamentos decorrentes de acidente de trabalho, e de doenças ocupacionais, assim atestadas pela perícia médica oficial do Município.

A conselheira Maria Talia sugeriu a alteração para período superior à 90 (noventa) dias.

“VI – Se afastar durante o período de aquisição da licença por meio atestados médicos pelo período superior à 60 (sessenta) dias, exceto em casos de internação comprovada, e afastamentos decorrentes de acidente de trabalho, e de doenças ocupacionais, assim atestadas pela perícia médica oficial do Município.”

Os membros do conselho deverão confirmar a aprovação do dispositivo legal via WhatsApp

“Art. 143...

§1º É permitido o fracionamento da licença prêmio em parcelas, sendo que nenhum período poderá ser inferior a 10 (dez) dias consecutivos.

§2º A licença prêmio poderá ser suspensão por motivos calamidade pública, por requisição da administração devidamente justificado no interesse público, devendo ser complementada a fruição tão logo cesse a causa da suspensão.

(...)

§6º A conversão em pecúnia de que trata os § 4º e § 5º deste artigo, depende de requerimento prévio e escrito do servidor para usufruir a licença em gozo ou transformá-la total ou parcialmente em pecúnia, nos termos do art. 141 desta Lei, devendo o requerimento ser realizado dentro do período de 60 (sessenta) meses subsequentes à data em que o servidor adquiriu o direito, ou nos 60 (sessenta) meses subsequentes a partir da data da vigência que trata o parágrafo anterior.

§7º Decorridos os prazos de que trata o parágrafo anterior sem que haja requerimento prévio e escrito do servidor, fica vedada a transformação automática



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

em pecúnia, sem prejuízo da possibilidade de agendamento da licença de ofício pela Administração municipal e da aplicação do art. 141 desta Lei.”

Houve aprovação unânime dos dispositivos legais, com a seguinte ressalva, materializada na seguinte alteração de texto:

§1º É permitido o fracionamento da licença prêmio em parcelas, sendo que nenhum período poderá ser inferior a 10 (dez) dias consecutivos, e, ainda, quanto aos fracionamentos inferiores a 30 (trinta) dias, deverão ter concordância expressa do servidor.

Os membros do conselho deverão confirmar a aprovação do dispositivo legal via WhatsApp

...

“Art. 154-I. O salário-família será devido ao segurado do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Chopinzinho, na forma e condições estabelecidas pela legislação do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), especialmente no que se refere ao limite de renda, valor das cotas e demais requisitos, observado o disposto na legislação federal vigente.

Parágrafo único. Também terão direito ao salário-família os aposentados por invalidez, por idade, bem como os demais aposentados que preencham os requisitos estabelecidos pela legislação do RGPS, sendo o benefício pago juntamente com a aposentadoria.”

...

“Art. 154-J. O valor da cota do salário-família por filho ou equiparado, bem como os limites de remuneração mensal para sua concessão, observarão os critérios, valores e atualizações previstos na legislação vigente do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), sendo aplicáveis automaticamente ao âmbito do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Chopinzinho.

I – Revogado

II – Revogado

Parágrafo único. Os valores e critérios definidos pelo RGPS serão adotados integralmente, inclusive no tocante aos índices de correção aplicáveis, dispensada a necessidade de edição normativa municipal específica para cada alteração.”

...

Houve aprovação unânime dos dispositivos legais.



CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
 Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
 85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

“§4º A transferência que trata o §3º deverá incluir o fornecimento dos acessos, e orientações indispensáveis à continuidade dos serviços, bem como a preservação e integridade dos arquivos e documentos sob sua responsabilidade, sendo vedada a exclusão ou alteração indevida de qualquer informação, tendo como objetivo garantir a manutenção do funcionamento regular das atividades públicas, sem prejuízo à administração ou à prestação do serviço.”





Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

Os membros do conselho deverão confirmar a aprovação do dispositivo legal via WhatsApp

“Art. 156...

XIV - exercer atividade ou participar de gerência ou administração de empresa comercial, industrial ou prestadora de serviços, com objetivos econômicos, se esta manter negócios com o Município;

Houve aprovação unânime do dispositivo legal.

Os membros do conselho deverão confirmar a aprovação do dispositivo legal via WhatsApp

XXIV - se recusar injustificadamente a participar de comissões, comitês, conselhos municipais, equipes ou grupos de trabalho, quando expressamente designado pela administração municipal;

Houve consenso em votar contrariamente em relação ao dispositivo legal, amparada, ainda, na anuência da gestão, representada pelo i. procurador geral municipal.

Os membros do conselho deverão confirmar a aprovação do dispositivo legal via WhatsApp

XXV - deixar de cumprir os prazos designados por escrito pelo seu superior hierárquico, bem como os prazos previstos em normas e regulamentações.”

Houve consenso em votar contrariamente em relação ao dispositivo legal, amparada, ainda, na anuência da gestão, representada pelo i. procurador geral municipal.

Os membros do conselho deverão confirmar a aprovação do dispositivo legal via WhatsApp

...

“Art. 159-A...

§3º É facultado ao(a) vereador(a) formalizar pedido para retorno do andamento do processo de sindicância ou disciplinar, através de requerimento formal junto à comissão processante.”

...

Não houve discussão do dispositivo.

Os membros do conselho deverão confirmar a aprovação do dispositivo legal via WhatsApp



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

“Art. 160. São penalidades disciplinares:

...

V - destituição de cargo em comissão;”

...

Não houve discussão do dispositivo.

Os membros do conselho deverão confirmar a aprovação do dispositivo legal via WhatsApp.

“Art. 169. A demissão do cargo efetivo ou a destituição de cargo em comissão por infringência ao art. 165, incisos I, IV, VIII, IX, X, XI e XIII, e ao art. 156, XII, XIII, XVI, XXII, incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo público do Município, pelo prazo de 08 (oito) anos, contados da data de publicação da portaria de julgamento.”

...

Cumpra à gestão verificar possível incongruência entre a causa de demissão referente ao inciso XIII do art. 165 (XIII - transgressão ao art. 156, incisos XI a XXIII), e aos incisos XII, XIII, XVI e XXII;

A fim de se afastar a possível incongruência, recomenda-se a nova redação do artigo nos seguintes termos:

“Art. 169. A demissão do cargo efetivo ou a destituição de cargo em comissão por infringência ao art. 165, incisos I, IV, VIII, IX, X, e XI; e ao art. 156, XII, XIII, XVI, e XXII, incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo público do Município, pelo prazo de 08 (oito) anos, contados da data de publicação da portaria de julgamento.”

A redação deverá ser submetida à apreciação dos membros do conselho deverão confirmar a aprovação do dispositivo legal via WhatsApp

“Art. 172...

(...)

II - pela autoridade que houver feito a nomeação, quando se tratar de destituição de cargo em comissão;”

...



CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
 Telephone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
 85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

Os membros do conselho deverão confirmar a aprovação do dispositivo legal via WhatsApp



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

“Art. 176...

(...)

§5º Nos casos de impossibilidade de manifestação imparcial dos membros efetivos da Procuradoria Geral do Município, por impedimento ou suspeição, a manifestação jurídica poderá ser emitida pelo Procurador Geral do Município, ainda que não ocupante de cargo efetivo de procurador municipal.”

...

Não houve discussão do dispositivo.

Os membros do conselho deverão confirmar a aprovação do dispositivo legal via WhatsApp

...

“Art. 180...

(...)

III - instauração de processo administrativo disciplinar, nos casos em que a infração importar na aplicação de pena de suspensão superior a 10 (dez) dias, demissão, destituição de cargo em comissão, cassação de disponibilidade ou de aposentadoria;

(...)

...

Não houve discussão do dispositivo.

Os membros do conselho deverão confirmar a aprovação do dispositivo legal via WhatsApp

§ 1º A Comissão de Sindicância será constituída de forma permanente, podendo ser renovada anualmente, composta por 3 (três) servidores efetivos e estáveis designados pelo Prefeito Municipal ou Presidente da Câmara Municipal, conforme o caso, sendo um deles encarregado de presidir os trabalhos.

(...)

§ 3º O presidente da Comissão de Sindicância poderá, se não houver impedimento legal, delegar poderes ao seu suplente, quando for conveniente, em razão de circunstâncias que possam promover o regular processamento dos autos, a eficiência e celeridade nos trabalhos.”

Não houve discussão do dispositivo.

Os membros do conselho deverão confirmar a aprovação do dispositivo legal via WhatsApp



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

“Art. 185...

(...)

IV - destituição de cargo em comissão.

Não houve discussão do dispositivo.

Os membros do conselho deverão confirmar a aprovação do dispositivo legal via WhatsApp

§ 1º A Comissão Disciplinar será constituída de forma permanente, podendo ser renovada anualmente, composta por 3 (três) servidores efetivos e estáveis designados pelo Prefeito Municipal ou Presidente da Câmara Municipal, conforme o caso, sendo um deles encarregado de presidir os trabalhos.

(...)

§ 3º O presidente da Comissão Disciplinar poderá, se não houver impedimento legal, delegar poderes ao seu suplente, quando for conveniente, em razão de circunstâncias que possam promover o regular processamento dos autos, a eficiência e celeridade nos trabalhos.”

Não houve discussão do dispositivo.

Os membros do conselho deverão confirmar a aprovação do dispositivo legal via WhatsApp

...

“Art. 187...

(...)

§ 4º A fase de inquérito administrativo observará o seguinte procedimento:

I - diligências preliminares da comissão processante: são solicitações de informações, documentos, oitivas, interrogatório do servidor acusado e/ou quaisquer outros meios de prova admitidos em Direito, que, no interesse de instruir os autos de apuração disciplinar, sejam solicitadas pela comissão processante, com a finalidade de apurar fatos para verificação da materialidade, bem como da ocorrência ou não de determinada irregularidade funcional e de sua autoria, com observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa;

(...)

V - alegações finais no prazo de 10 (dez) dias corridos;

VI - relatório conclusivo.”

...



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

Não houve discussão do dispositivo.

Os membros do conselho deverão confirmar a aprovação do dispositivo legal via WhatsApp

“Art. 192. A produção de prova testemunhal realizar-se-á em audiência de caráter reservado, da qual participarão os membros da comissão, o acusado e seu procurador, quando constituído, e a testemunha.

I – Revogado;

II – Revogado;

§ 1º

IV - as perguntas à testemunha serão formuladas na seguinte ordem:

(...)

c) as dos acusados ou seus procuradores.”

...

Não houve discussão do dispositivo.

Os membros do conselho deverão confirmar a aprovação do dispositivo legal via WhatsApp

“Art. 193...

V - as perguntas ao acusado serão formuladas na seguinte ordem:

(...)

d) as dos seus procuradores.”

Não houve discussão do dispositivo.

Os membros do conselho deverão confirmar a aprovação do dispositivo legal via WhatsApp

...

“Art. 204.

.....

§1º O julgamento fora do prazo legal não implica nulidade do processo, ressalvados os efeitos da prescrição.

§2º Após a publicação da portaria de julgamento, o interessado deverá ser intimado por meio do sistema de protocolo eletrônico que tramita o processo.



CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
 Telephone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
 85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

...

• • •

§ 3º Revogado;



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

I - Revogado;

II - Revogado;

III - Revogado;

IV - Revogado;

V - Revogado;

§ 4º Revogado;

§ 5º Revogado;

§ 6º Revogado;

§ 7º Revogado;

§ 8º Revogado;

§ 9º Revogado;

§ 10 Revogado;

§ 11 Revogado;"

Os membros do conselho discutiram intensamente a proposta de supressão do conselho técnico no formato atual.

Foi consenso de que a Administração tem justificativas idôneas para a alteração da representatividade atual do conselho.

Alguns conselheiros mencionaram a necessidade de que conste no projeto de lei que a representação do conselho a ser criado deverá ser paritária entre a Administração e representantes dos servidores.

Outro ponto relevante a ser destacado é a possibilidade de se alterar de forma legítima e adequada os dispositivos legais do referido conselho mediante projeto de Lei Complementar à Lei nº 68/2012, com a devida participação do conselho técnico atual.

Não houve consenso sobre a alteração proposta ou definição de proposta alternativa.

Os membros do conselho deverão confirmar a aprovação do dispositivo legal via WhatsApp



CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
 Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
 85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telephone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

Chopinzinho PR, datado e assinado eletronicamente.

Márcio Stringari

Procurador Municipal

OAB/PR 82.108





Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

Comunicação Interna

Ref: Memorando 5428/2025

Ao Ilustríssimo Senhor,

Dr. Márcio Stringari

Procurador Municipal e Membro do Conselho Técnico de Acompanhamento do Estatuto dos Servidores Município de Chopinzinho - PR

Assunto: Resposta aos questionamentos referentes ao Projeto de Lei Complementar que altera a Lei Complementar nº 68/2012.

Prezado Procurador,

Cumprimentando-o cordialmente, venho, na qualidade de Procurador-Geral do Município, responder aos respeitáveis questionamentos formulados por Vossa Senhoria na qualidade de membro do Conselho Técnico de Acompanhamento do Estatuto dos Servidores, referentes ao projeto de lei complementar em epígrafe.

Agradeço a contribuição e a análise técnica aprofundada, ressaltando que o debate qualificado é fundamental para o aprimoramento da legislação municipal e da gestão pública.

Passo, de forma pormenorizada, a responder cada uma das indagações:

Questão 01: Justificativa pela revogação do art. 231-A, da LC 68/2012, que instituiu o Conselho Técnico de Acompanhamento do Estatuto dos Servidores.

A proposta de alteração que revoga o art. 231-A não tem por objetivo extinguir a participação dos servidores na formulação de políticas de pessoal, mas sim adequar a estrutura municipal a uma exigência constitucional de maior amplitude.

A Constituição Federal, em seu art. 39, estabelece que "A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão **conselho de política de administração e remuneração de pessoal**, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes". A interpretação desta gestão é que o atual conselho, por estar restrito ao âmbito do Estatuto dos Servidores (LC 68/2012) e à participação exclusiva de servidores estatutários, não atende plenamente à finalidade constitucional.



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telephone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

Entendemos que um conselho de política de pessoal deve possuir uma normatização geral, instituída por lei específica, e abranger todo o quadro de pessoal do município, incluindo servidores efetivos, empregados públicos regidos pela CLT e, inclusive, representantes dos inativos, haja vista o direto reflexo de muitas políticas remuneratórias e de carreira em aposentadorias sob o regime de paridade.

Após a decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a Emenda Constitucional nº 19/1998, não restam dúvidas sobre o dever de instituição do referido conselho. Portanto, a revogação do art. 231-A é o passo inicial para que se possa, em um segundo momento, instituir por lei própria um novo conselho, mais amplo, democrático e em estrita conformidade com o mandamento constitucional.

A decisão do STF embasa os seguintes argumentos para justificar a revogação do atual "Conselho Técnico de Acompanhamento do Estatuto" e a futura criação de um novo conselho mais amplo:

- **Dever Constitucional Inquestionável:** O memorando está correto ao afirmar que "não restam dúvidas sobre o dever de instituição do referido conselho". A decisão do STF de 2024 encerrou a discussão jurídica e confirmou que a criação deste conselho é uma **obrigação constitucional** para todos os municípios, e não uma faculdade.
- **Amplitude do Novo Conselho:** O texto do artigo 39 da Constituição, validado pelo STF, fala em um conselho de "**política de administração e remuneração de pessoal**" de forma ampla. Isso sustenta a justificativa da gestão de que o conselho atual, por estar limitado apenas ao Estatuto (LC 68/2012) e a servidores estatutários, é restrito demais e não cumpre a exigência constitucional, o que se busca é apenas a adequação da Constituição após a decisão recente do STF sobre o tema.
- **Necessidade de Lei Específica e Abrangente:** O mandamento constitucional exige um conselho que abranja **todo o pessoal** do município, o que inclui não apenas os servidores estatutários, mas também os empregados públicos (regidos pela CLT) e deve considerar os interesses dos inativos. Portanto, a revogação do artigo atual no Estatuto é o primeiro passo para criar, por meio de uma nova lei, um conselho que atenda a essa visão mais completa e constitucional.

Em resumo, a decisão do STF na ADI 2135, de 6 de novembro de 2024, não só permite, mas **determina** que o Município de Chopinzinho se adeque à Constituição, instituindo um conselho de pessoal com um escopo muito mais amplo do que o previsto no art. 231-A da Lei Complementar nº 68/2012.



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

Por fim, o Município se compromete em enviar dentro deste ano ainda após a aprovação da alteração do Estatuto a nova legislação a respeito do **conselho de política de administração e remuneração de pessoal** inclusive com a participação dos membros atuais desta comissão.

Questão 02: Por quais razões não foi submetido à avaliação prévia do Conselho Técnico o projeto de lei referente à Lei Complementar nº 4.113, de 28 de abril de 2025 (Plano de Carreira)?

A não submissão do referido projeto de lei ao Conselho Técnico se deu em um contexto de fundada controvérsia jurídica sobre a constitucionalidade e a aplicabilidade do art. 231-A da LC 68/2012, debate este, inclusive, iniciado por Vossa Senhoria.

1. **Controvérsia Interna:** Conforme consta no **Memorando nº 1.094/2025**, instaurado por Vossa Senhoria, há um despacho datado de 05/03/2025 que recomenda: "*Avaliar se é caso de manutenção do art. 231-A, sua alteração, ou supressão integral, considerando o contido no Memorando nº 3.777/2024.*". Adicionalmente, no **Memorando nº 3.777/2024**, também de sua autoria, foi expressamente recomendada a supressão do inciso que previa a análise prévia pelo conselho (inc. I, do § 1º do art. 231-A). Não houve, em momento subsequente, pronunciamento jurídico desta Procuradoria que pacificasse o entendimento em sentido contrário.
2. **Deliberação do Próprio Conselho:** O próprio Conselho Técnico, em reunião registrada na **Ata 01/2024, de 08/08/2024**, deliberou favoravelmente por uma proposta de alteração do art. 231-A para que sua atribuição passasse a ser **meramente opinativa**, além de revogar o § 8º, que previa o poder de arquivamento de projetos. Isso demonstra que o próprio órgão reconhecia a instabilidade e a problematicidade da norma em sua redação original.
3. **Segurança Jurídica (LINDB):** Diante deste cenário de incerteza, a aplicação da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) se faz pertinente. O art. 23 da LINDB orienta que a imposição de um novo dever ou condicionamento de direito, decorrente de uma nova interpretação, deve prever um regime de transição. A obrigatoriedade da consulta prévia, cuja constitucionalidade era questionada internamente, representava um condicionamento de direito (do Poder Executivo de legislar) que carecia de pacificação.



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

Essa flexibilidade é uma ferramenta de gestão moderna e amplamente utilizada na Administração Pública brasileira, inclusive na **esfera Federal**, onde Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores (DAS) e Funções Comissionadas do Poder Executivo (FCPE) coexistem para níveis de responsabilidade semelhantes, sendo o segundo exclusivo para servidores de carreira.

Desconhece-se qualquer precedente ou vedação constitucional que impeça o legislador municipal de adotar arranjo semelhante, que prestigia a discricionariedade do gestor na busca pela eficiência.

Questão 04: Justificativas para que não se defina em lei remuneração específica para cargos comissionados e funções gratificadas, considerando orientações do TCE/PR.

A premissa da pergunta não corresponde à realidade fática e legal do Município. As Funções Gratificadas e os Cargos em Comissão estão devidamente criados por lei e possuem sua **remuneração especificada em lei** conforme tabela de CC e FG, atendendo às orientações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR).

Inclusive, é de se ressaltar que a atual gestão promoveu um avanço significativo neste quesito. Entre 2016 e 2025, o modelo anterior previa que o valor das FGs era definido como um percentual sobre o vencimento do servidor, prática de legalidade questionável e que gerava distorções. A legislação atual, promovida por esta gestão, corrigiu essa falha e estabeleceu **valores nominais e fixos** para as gratificações, em linha com as melhores práticas e com o entendimento exarado no Prejulgado nº 25 do TCE/PR.

A aplicação de uma nova orientação de órgão de controle, conforme o art. 23 da LINDB, deve considerar a realidade administrativa e prever uma transição para que o cumprimento se dê de modo "proporcional, equânime e eficiente". A alteração promovida pela gestão para fixar valores nominais demonstra o compromisso com a adequação às normas e o aprimoramento contínuo da legislação de pessoal, durante a gestão novas alterações para melhor e ampla adequação dos entendimentos do TCE/PR serão realizadas lembrando que estas adequações necessitam de aprovação pela Câmara Municipal de Vereadores, e ainda cálculo de índice de despesas com gastos em pessoal dentro dos limites estabelecidos pela LRF.

Questão 05: Quais as justificativas para a proposta de alteração dos incisos XXIV e XXV do artigo 156 do projeto de lei complementar?



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: D162-0ECC-868A-197D

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



MARCIO STRINGARI (CPF 248.XXX.XXX-23) em 09/10/2025 15:28:26 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: AC OAB G3 << AC Certisign G7 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/D162-0ECC-868A-197D>



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

Comunicação Interna

Assunto: Resposta aos questionamentos referentes ao Projeto de Lei Complementar que altera a Lei Complementar nº 68/2012.

Prezados membros do Conselho Técnico de Acompanhamento do Estatuto dos Servidores

Melhor analisando a proposta de alteração do art. 80 sugerida na minuta do projeto de lei, e a fim de evitar questionamentos, a gestão alinhará a redação do art.80 da LC 68/12 ao disposto na Lei 8112/90, que disciplina o regime jurídico do funcionalismo federal.

Cumprir registrar que o próprio Estatuto Municipal faz referência à Lei 8112/90:

"Art. 242 Os casos omissos nesta Lei observarão, por analogia, o disposto no Estatuto dos Servidores Públicos do Estado do Paraná, ou na Lei Federal nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, quando não for o caso de ato de regulamentação a ser baixada pelo Poder Executivo, ou de mensagem específica à Câmara Municipal."

Para tanto, a gestão propõe a alteração do art. 80 da LC 68/12 usando a redação **idêntica do § 3º, do art. 41, da Lei nº 8112/90**: *"O vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens de caráter permanente, é irredutível"*.

Cumprimentando-o cordialmente, venho, na qualidade de Procurador-Geral do Município, responder aos respeitáveis questionamentos formulados por Vossa Senhoria na qualidade de membro do Conselho Técnico de Acompanhamento do Estatuto dos Servidores, referentes ao projeto de lei complementar em epígrafe.

Reitero meu apreço por suas valiosas contribuições e coloco-me à disposição para quaisquer outros esclarecimentos.

Atenciosamente,

Chopinzinho/PR, 09 de outubro de 2025.

Nivaldo Jose Bello Junior

Procurador-Geral do Município de Chopinzinho

OAB/PR nº 76.734



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 97B0-A0D9-2472-2B11

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ NEIDE MARINEZ CALDATO (CPF 023.XXX.XXX-70) em 10/10/2025 13:49:58 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: AC CNDL RFB v3 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)
- ✓ THIAGO VORACOSKI SANTOS (CPF 047.XXX.XXX-99) em 10/10/2025 13:53:34 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: AC OAB G3 << AC Certisign G7 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)
- ✓ MARCIO STRINGARI (CPF 248.XXX.XXX-23) em 10/10/2025 14:09:58 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: AC OAB G3 << AC Certisign G7 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)
- ✓ GERIS ANDREI SPADARI (CPF 847.XXX.XXX-30) em 10/10/2025 14:18:19 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ CARLOS ANTONIO ANSILIERO (CPF 806.XXX.XXX-00) em 10/10/2025 15:29:47 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ RUBIA MARA STORTI ROCHA (CPF 030.XXX.XXX-04) em 10/10/2025 17:29:57 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/97B0-A0D9-2472-2B11>





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 4E02-097C-0E05-E910

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



MARIA TALIA ZVETZCH CORDEIRO (CPF 11.128.993/910-__) em 15/10/2025 16:02:33 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/4E02-097C-0E05-E910>



ATA DE DELIBERAÇÃO

Após análise do segundo Projeto de Lei Complementar encaminhado pela gestão do Poder Executivo Municipal, através do Memorando Eletrônico nº 1.220/2025, o Conselho Técnico de Acompanhamento do Estatuto dos Servidores delibera pela **APROVAÇÃO do Projeto de Lei Complementar que altera a Lei Complementar nº 68/12**, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Chopinzinho, com as seguintes observações:

Conforme tratativas com a gestão, o conselho sugere a seguinte redação ao projeto de lei: “Art. 67-A. §9º A ampliação computará no cálculo de médias para fins de remuneração de férias e gratificação natalina.”.

Ainda, o Conselho sugere que a Administração analise a viabilidade econômica e financeira de que o sobreaviso seja computado no cálculo de médias para fins de remuneração de férias e gratificação natalina. Caso a gestão acolha esse entendimento, alterar o § 8º do art. 117-C, passando a ter a seguinte redação: “§ 8º A vantagem instituída neste artigo não será computada para fins de serviço extraordinário, avanços, licença prêmio e quaisquer outros adicionais e gratificações ou vantagens, sendo computado apenas no cálculo de médias para fins de remuneração de férias e gratificação natalina.”

Opina pela supressão do § 6º do art. 118, haja vista a duplicidade em relação ao § 5º do mesmo artigo.

Finalmente, recomenda-se que, anterior ao envio do projeto de lei consolidado (unificação de ambas as propostas aprovadas recentemente por este Conselho), seja o procedimento encaminhado à Secretaria Municipal de Administração e Finanças para que analise as condições, exigências e limitações impostas pelo art. 169 da Constituição Federal e arts. 17, 19, 20, 22 e 23 da Lei Complementar n. 101/00, sob pena de nulidade dos atos, conforme preceitua o art. 21 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Votaram os membros:

Neide Marinez Caldato

Rubia Mara Storti Rocha

Maria Talia

Márcio Stringari

Thiago Voracoski Santos

Géris Spadari

Carlos Antônio Ansiliero

Chopinzinho, PR, 07 de novembro de 2025.



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 0BC1-4327-0E82-BCF2

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ GERIS ANDREI SPADARI (CPF 847.XXX.XXX-30) em 11/11/2025 09:14:03 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ MARCIO STRINGARI (CPF 248.XXX.XXX-23) em 11/11/2025 10:09:03 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: AC OAB G3 << AC Certisign G7 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)
- ✓ NEIDE MARINEZ CALDATO (CPF 023.XXX.XXX-70) em 11/11/2025 10:29:46 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: AC CNDL RFB v3 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)
- ✓ THIAGO VORACOSKI SANTOS (CPF 047.XXX.XXX-99) em 11/11/2025 12:55:40 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: AC OAB G3 << AC Certisign G7 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)
- ✓ RUBIA MARA STORTI ROCHA (CPF 030.XXX.XXX-04) em 11/11/2025 14:23:31 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ CARLOS ANTONIO ANSILIERO (CPF 806.XXX.XXX-00) em 13/11/2025 10:14:45 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0BC1-4327-0E82-BCF2>





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 220E-AEF1-14C4-D42A

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



MARIA TALIA ZVETZCH CORDEIRO (CPF 11.128.993/910_--) em 13/11/2025 10:44:22 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/220E-AEF1-14C4-D42A>